

Conferência Ibero-Americana  
de Chefes de Estado e de Governo  
Reuniões Ministeriais Setoriais  
2007



Secretaría General  
Iberoamericana

Secretaria-Geral  
Ibero-Americana

# Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

## Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007



Secretaría General  
Iberoamericana

Secretaria-Geral  
Ibero-Americana

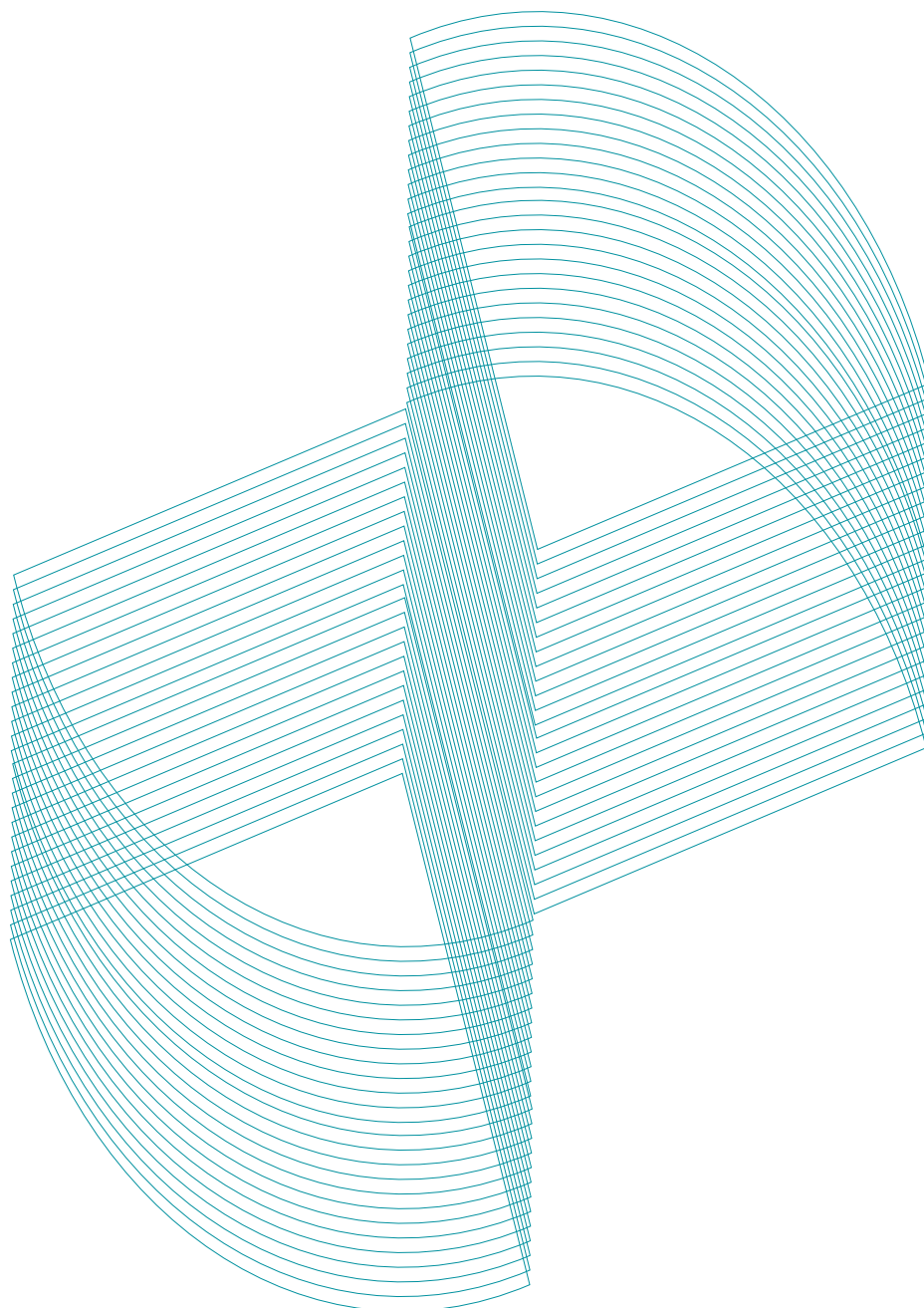


# Índice

<b>RELATÓRIO</b>	<b>7</b>
<b>REFERÊNCIAS A COESÃO SOCIAL NAS DECLARAÇÕES MINISTERIAIS</b>	<b>21</b>
<b>RESULTADOS DAS RMS</b>	<b>25</b>
<b>FICHAS TÉCNICAS E DECLARAÇÕES</b>	<b>29</b>
◆ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO	30
◆ CULTURA	34
◆ EDUCAÇÃO	41
◆ GÊNERO	46
◆ INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	50
◆ MEIO AMBIENTE	56
◆ PRESIDÊNCIA E EQUIVALENTES	70
◆ SAÚDE	74
◆ SEGURANÇA SOCIAL	80
◆ TURISMO	85
◆ HABITAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO URBANO	91
<b>CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA</b>	<b>96</b>
<b>ASSISTÊNCIA ÀS REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS</b>	<b>101</b>
◆ QUADRO ESTATÍSTICO	
◆ NOTAS AO QUADRO ESTATÍSTICO	
<b>QUADRO HISTÓRICO DAS REUNIÕES MINISTERIAIS DA XI À XVII CÚPULA</b>	<b>105</b>
<b>QUADRO DA CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA</b>	<b>108</b>

# Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

*Relatório*



# Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

## Relatório

As diversas Reuniões Ministeriais Setoriais (RMS) realizadas ao longo do ano<sup>1</sup>, previamente a cada Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, refletem o diálogo político e a cooperação que caracterizam a Conferência Ibero-Americana. A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), nos termos das alíneas b), c) e d), do artigo 2 de seus Estatutos<sup>2</sup>, ocupa-se, junto com a Secretaria Pro-Tempore<sup>3</sup>, da preparação dessas reuniões, a elas assiste, elabora os respectivos relatórios e as informações de acompanhamento, e guarda sua memória histórica mediante a custódia das Declarações.

A presente publicação contém um resumo dos temas substantivos tratados em cada RMS em 2007, as referências, feitas nas declarações, atinentes ao tema central da XVII Cúpula - "A Coesão social e as políticas sociais para alcançar sociedades mais inclusivas na Ibero-América" - e uma relação dos principais resultados concretos dessas reuniões. As fichas técnicas que acompanham as declarações ministeriais contemplam as propostas acolhidas pelos Chefes de Estado e de Governo, bem como os mandatos emanados da XVII Cúpula para os respectivos ministérios e setores, mandatos esses que não de fazer parte da agenda Ibero-Americana dos próximos anos. Os textos integrais de cada Declaração Ministerial também se encontram na página web da Secretaria-Geral Ibero-Americana ([www.segib.org](http://www.segib.org)).

A título de informação complementar, constam também desta publicação o calendário de reuniões da XVII Conferência Ibero-Americana, o quadro estatístico de participação nas RMS em 2007, o histórico das RMS celebradas entre a XI e a XVII Cúpulas e quadro ilustrativo da estrutura da Conferência. Informações adicionais, como anexos ou outros documentos de trabalho provenientes dessas reuniões encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria-Adjunta da SEGIB.

---

<sup>1</sup> Ver quadro histórico na página 105.

<sup>2</sup> b) Apoiar a Secretaria Pro-Tempore na preparação das Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo; c) Colaborar com a Secretaria Pro-Tempore e com o país anfitrião quando necessário na preparação, coordenação e acompanhamento das Reuniões Ministeriais Setoriais; d) Desempenhar, em coordenação com a Secretaria Pro-Tempore, as funções de relator nas Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, nas Reuniões de Ministros das Relações Exteriores e nas Reuniões Ministeriais Setoriais

<sup>3</sup> A Secretaria Pro-Tempore cabe ao país sede da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo

## **IX Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (Pucón, 28-29 maio)**

Assistiram à Conferência delegados de 20 países ibero-americanos. A Declaração de Pucón destaca o propósito de dar cumprimento à Agenda Ibero-Americana para a Infância e a Adolescência e seu correspondente Plano de Ação, assim como aos compromissos assumidos nas conferências anteriores, diretamente ou através de um programa de cooperação técnica que permita o intercâmbio de experiências na criação, desenvolvimento ou fortalecimento de sistemas integrais de proteção de direitos. Os Ministros e Altos Responsáveis acordaram “promover, impulsionar e fortalecer a implementação de sistemas de proteção integral, sustentados na promoção da construção da cidadania no nível regional e local como parte de uma progressiva descentralização...” e encomendaram à Troika – juntamente com um técnico designado pela OIT e com apoio da SEGIB – a elaboração dos termos de referência de um estudo para fundamentar o referido programa de cooperação. A XVII Cúpula adotou um Programa de Cooperação Ibero-Americana intitulado Formação em Políticas da Infância, que começará a ser executado em 2008 de acordo com o Convênio de Bariloche. Durante a XVII Cúpula, a Presidente Michelle Bachelet anunciou a criação de um fundo de cooperação ibero-americano para a infância com uma aporte de capital base de um milhão de dólares.

## **IX Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Pucón, 31 maio, 1 junho)**

Compareceram delegados dos 22 países membros da Conferência Ibero-Americana. O Consenso de Pucón, por eles assinado, registra sua aprovação da Carta Ibero-Americana de Governo Eletrônico, elevada à XVII Cúpula e subseqüentemente acolhida pelos Chefes de Estado. A Carta contém um conjunto de conceitos, valores e orientações de utilidade para a formulação de políticas e implantação das TIC<sup>4</sup> na gestão pública ibero-americana e busca facilitar ao cidadão suas relações com a administração pública. Outro assunto a destacar da reunião ministerial foi sua conformidade com o primeiro programa acadêmico da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas. Em uma primeira fase, o modelo curricular se baseará nos cursos regulares existentes nos países que os oferecem: Espanha, Brasil, Argentina e Portugal. No que respeita às gestões do CLAD<sup>5</sup> para angariar fundos de cooperação para o desenvolvimento curricular da Escola, acordaram-se alguns elementos iniciais, ficando a decisão pendente da apresentação dos modelos a adotar.

---

<sup>4</sup> *Tecnologias da informação e comunicação*

<sup>5</sup> *Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento, Secretaria Técnica desta RMS*

## VII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (São Salvador, 11-13 junho)

Participaram deste VII Foro representantes de 20 países ibero-americanos. A Declaração final registra o consenso em torno dos seguintes temas da área ambiental:

### 1) Recursos hídricos:

a) apoiar o projeto para a constituição de um Fundo Ibero-Americano para o Acesso à Água Potável<sup>6</sup> e designar os Diretores-Gerais ibero-americanos da Água como seu órgão consultivo. A XVII Cúpula aprovou a Iniciativa de cooperação ibero-americana para a formação e transferência tecnológica em matéria de gestão integral de recursos hídricos, que conta com o apoio dos Diretores-Gerais da Água e leva em consideração os resultados do relatório solicitado à SEGIB sobre a matéria. A Espanha reafirmou seu propósito de criação de um fundo para a água, com um orçamento de 1.5 bilhão de dólares para os próximos quatro anos.

b) renovar o componente latino-americano da Iniciativa Européia para a Água (EUWI-LA) e solicitar à UE um interlocutor político com vistas a criar um fundo para esse fim;

c) trocar informações e experiências e avaliar instrumentos para a gestão integrada de bacias e recursos hídricos transfronteiriços, considerando o ordenamento jurídico de cada Estado, e, se for o caso, estabelecer meios de cooperação.

### 2) Qualidade ambiental:

a) gerar normas operativas de funcionamento da Rede Ibero-Americana de Responsáveis em Matéria de Qualidade Ambiental (RIRCA);

b) aprovar o projeto inicial do Plano de Ação Regional sobre resíduos e sítios contaminados, que prevê intercâmbio de experiências e coordenação de gestão.

### 3) Mudança do clima:

a) adotar o Plano Ibero-Americano de Adaptação à Mudança do Clima (PIACC) e promover sinergias entre as Redes Ibero-Americanas de Escritórios de Mu-

---

<sup>6</sup>Mandato recebido da XVI Cúpula de Chefes de Estados e de Governo



danças do Clima (RIOCC), Diretores-Gerais da Água, Serviços Meteorológicos, Diretores de Biodiversidade e Serviços de Proteção Civil, a fim de avaliar os impactos e a vulnerabilidade das alterações do clima;

b) apresentar o plano de trabalho do Centro Ibero-Americano de Análise de Problemas Ambientais Emergentes (CATHALAC);

c) promover marcos regulatórios favoráveis às energias renováveis;

d) administrar recursos do fundo AECI-PNUD para alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM), destinando-os a projetos que vinculem mudanças do clima e pobreza.

#### 4) **Diversidade biológica:**

a) apoiar a Rede Ibero-Americana de Diretores-Gerais do Patrimônio Natural e da Biodiversidade;

b) implementar modelo de avaliação do cumprimento, até 2010, das metas da Convenção sobre Diversidade Biológica;

c) aplicar certificados de origem internacionalmente reconhecidos e intercambiar experiências com setores não-estatais sobre conservação da biodiversidade e seu aproveitamento sustentável;

d) intercambiar experiências sobre gestão de áreas naturais marinhas.

#### 5) **Governabilidade ambiental internacional:**

propor alternativas para o fortalecimento da capacidade do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e aprofundar a temática da governabilidade ambiental.

## **VI Conferência Ibero-Americana de Ministros/Responsáveis Máximos pela Segurança Social (Iquique, 5-6 julho)**

Em que pese a ausência de cinco países, foi aprovado, em Iquique, o projeto de Convênio Multilateral Ibero-Americano de Segurança Social<sup>7</sup>, subseqüentemente adotado pela XVII Cúpula e ora em processo de assinatura e ratificação. Desta ministerial também resultou a Iniciativa

---

<sup>7</sup>Nos arquivos da SEGIB

de Cooperação Ibero-Americana para a Implantação e Desenvolvimento do Convênio Ibero-Americano de Segurança Social (IDCISS), igualmente endossada pela Cúpula e que se destina a agilizar a entrada em vigor do Convênio, bem como a promover e coordenar a negociação do respectivo Acordo de Aplicação.

Vale recordar os antecedentes deste processo: A V Conferência Ibero-Americana de Ministros/ Responsáveis Máximos pela Segurança Social, celebrada em Segóvia (Espanha) em setembro de 2005, encomendou à OISS<sup>8</sup> a elaboração e gestão de um Convênio Multilateral de Segurança Social para a Comunidade Ibero-Americana, com o objetivo de dar cobertura aos direitos adquiridos e em vias de aquisição dos trabalhadores migrantes e suas famílias na região. A iniciativa foi acolhida e referendada pela XV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, celebrada em Salamanca em outubro do mesmo ano, e ratificada no denominado Compromisso de Montevideu sobre Migrações e Desenvolvimento subscrito pelos mais altos mandatários ibero-americanos em Montevideu, na XVI Cúpula, em novembro de 2006. O projeto de documento foi também submetido a diversas sessões de reuniões de peritos designados pelos países membros.

## **IX Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde (Iquique, julho 9 -10)**

Com a participação de 20 países, esta RMS examinou os problemas de acesso a medicamentos; a saúde como mecanismo eficiente de igualdade social; a prioridade no atendimento às populações mais desfavorecidas; a estreita vinculação entre o desenvolvimento econômico e o social; o modelo de gestão com participação social; a interculturalidade e o papel dos cuidados primários e a cooperação entre redes de assistência.

O Consenso de Iquique, assinado pelos Ministros, sublinha seu compromisso com:

- 1) o cumprimento das MDM relacionadas com a saúde e o apoio às iniciativas ibero-americanas tendentes a reduzir a desnutrição e a mortalidade materno-infantil;
- 2) o estabelecimento de modelos de gestão de sistemas de serviços de saúde voltados para resultados e cumprimento de metas;
- 3) o fortalecimento das redes temáticas existentes e o desenvolvimento de novas, particularmente na área de cuidados primários, assim como o intercâmbio de experiências entre elas;
- 4) o fortalecimento de mecanismos nacionais reguladores, no entendimento de que a saúde é responsabilidade de todos os atores sociais, públicos e privados, nacionais e internacionais;

---

<sup>8</sup>Organização Ibero-Americana de Segurança Social, Secretaria Técnica desta RMS

5) a adoção de medidas para garantir o acesso a medicamentos e insumos estratégicos mediante a implementação da Declaração de Doha relativa à propriedade intelectual, o comércio e a saúde pública;

6) Pesquisa e Desenvolvimento (P+D) para a produção de medicamentos.

Os Chefes de Estado instruíram os Ministros a trocarem experiências e a fortalecerem suas relações de cooperação, assim como a promoverem o acesso a medicamentos e insumos essenciais de qualidade para sua fabricação, avançando na compatibilização de sistemas regulatórios e incentivando mecanismos eficientes de compra, a produção de genéricos e o aproveitamento das flexibilidades permitidas pelos acordos internacionais vigentes.

No referente à implementação do Plano Ibero-Americano de Combate à Tuberculose, mandato proveniente da XVI Cúpula, a OPS apresentou proposta no montante de 15 milhões de euros.

## **XVII Conferência Ibero-Americana de Educação** (Valparaíso, 23-24 julho)

Assistiram delegados de 21 países, com a seguinte agenda:

1) **Plano Ibero-Americano de Alfabetização (PIA):** destacou-se o apoio a planos e programas nacionais, a formação de redes e o intercâmbio de experiências; a pesquisa e a sistematização, assim como a difusão; o estabelecimento de um sistema regional de indicadores e a avaliação da alfabetização; a assistência técnica aos países; a coordenação com outros organismos internacionais e a criação de grupos de peritos. O PIA já conta com compromissos de financiamento por parte da Espanha (AEI, Comunidades Autônomas e Ministério de Educação), além dos recursos próprios dos planos nacionais.

2) **Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC):** como próximas medidas a tomar, decidiu-se completar o catálogo/mapeamento do ensino superior; deter-se na qualidade e na pertinência dos sistemas nacionais de avaliação e acreditação, tendo-se em conta o papel da Rede Ibero-Americana para a Acreditação da Qualidade do Ensino Superior (RIACES); focalizar a mobilidade de estudantes e docentes a partir das redes universitárias, dando prioridade à mobilidade para a pós-graduação; rever os instrumentos atuais de cooperação ibero-americana como o CYTED para inseri-los no EIC; vincular a educação superior com o sistema educacional e buscar a articulação política entre as políticas de educação e de ciência.

3) **Portais educativos e políticas em informática educativa:** foram expostos os avanços da Rede Latino-Americana de Portais Educativos (RELPE), da qual fazem parte 18 países da região e que conta com o apoio do BID para continuar avançando na interconexão e produção conjunta.

4) **Troca da dívida por educação:** informou-se sobre as reuniões convocadas pela SEGIB e pela OEI<sup>9</sup> em São Salvador e em Lima para preparar relatório a ser apresentado na Cúpula.

Os Chefes de Estado em Santiago aprovaram a incorporação do Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Ensino Básico de Jovens e Adultos (PIA) como Programa da Cúpula, assim como a nova Iniciativa de Cooperação Ibero-Americana Pablo Neruda, de mobilidade de estudantes de mestrado e doutorado, que visa favorecer a formação de jovens pesquisadores e tecnólogos, no quadro do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC).

## X Conferência Ibero-Americana de Cultura (Valparaíso, 26-27 julho)

Nesta Conferência estiveram presentes delegados de 21 países. Da respectiva Declaração Final ressaltam-se os seguintes compromissos:

1) **Desenvolvimento cultural:** destinar, de forma progressiva, ao fomento da cultura um mínimo de 1 % do orçamento geral de cada Estado.

2) **Aplicação da Convenção da UNESCO** sobre Diversidade:

a) insistir na ratificação e implementação da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;

b) contribuir, no âmbito ibero-americano, para o desenvolvimento dos artigos relativos à cooperação internacional e à articulação com a sociedade civil e com o setor educacional;

c) propor políticas públicas para a promoção e proteção da diversidade nos mercados audiovisuais, fortalecer as indústrias nacionais e incentivar a articulação ibero-americana.

---

<sup>9</sup>Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, Secretaria Técnica desta RMS

### 3) **Desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-Americana:**

- a) difundir a Carta Cultural Ibero-Americana como instrumento dinamizador da diversidade cultural e marco para as ações de cooperação;
- b) aprovar o Plano de Ação da Carta Cultural, que inclui iniciativas para seu conhecimento, difusão e valorização política, cultural e científica, com a celebração de um Congresso Ibero-Americano da Cultura;
- c) elaborar metodologias comuns e indicadores de medição cultural compartilhados na área ibero-americana;
- d) proteger as línguas nativas e desenvolver estratégias que contribuam para coordenar os esforços de cada país e da Comunidade Ibero-Americana em conjunto.

### 4) **Promoção do diálogo intercultural:**

- a) incluir o diálogo intercultural como uma prioridade da cooperação ibero-americana;
- b) impulsionar as indústrias criativas e culturais como setores estratégicos de desenvolvimento econômico;
- c) promover a interculturalidade e a circulação de bens e serviços culturais;
- d) favorecer os intercâmbios em regiões culturais compartilhadas de países fronteiriços;
- e) aproveitar os portais ibero-americanos e os meios de comunicação de massa e comunitários, de informação e de comunicação, para difundir as expressões culturais;
- f) elaborar um inventário de boas práticas e de intercâmbio de experiências em torno ao diálogo intercultural e à diversidade.

### 5) **Fortalecimento de laços entre educação e cultura:**

desenvolver um programa<sup>10</sup> ibero-americano de educação artística, cultural e cidadania, que incorpore, na educação, o conhecimento das diferentes linguagens e expressões artísticas e o valor da diversidade, o patrimônio e os bens culturais nacionais e ibero-americanos.

---

<sup>10</sup>Impulsionado pela Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, OEI, Secretaria Técnica desta RMS

## 6) **Comemoração dos Bicentenários:**

- a) apoiar a elaboração de uma agenda compartilhada para a comemoração dos bicentenários das independências;
- b) felicitar a comissão luso-brasileira constituída para celebrar o bicentenário da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil;
- c) dar mandato à OEI e à SEGIB para a articulação das comemorações compartilhadas dos bicentenários das independências;
- d) solicitar à OEI e à SEGIB que coordenem a elaboração de uma história crítica das nações ibero-americanas no âmbito da Cátedra de História Ibero-Americana da OEI.

## 7) **Ibermuseos:**

- a) ratificar a declaração de Salvador da Bahia do I Encontro Ibero-Americano de Museus<sup>11</sup>, reiterando a decisão de elevar à XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo a adoção do Ibermuseos como Programa da Cúpula;
- b) desenvolver seu plano de trabalho de acordo com a proclamação de 2008 como Ano Ibero-Americano dos Museus. Todos estes temas, com pequenas variações, foram endossados pelos Chefes de Estado na Declaração de Santiago e em seu Programa de Ação, havendo a XVII Cúpula adotado IBERMUSEOS como Iniciativa da Cooperação Ibero-Americana e proclamado 2008 como o Ano Ibero-Americano dos Museus.

## **XI Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (São José, 30-31 agosto)**

Esta RMS reuniu delegados de 18 países em San Rafael de Heredia, nos arredores de São José, e incluiu na agenda o acompanhamento do acordado nas reuniões anteriores realizadas no México e na Colômbia, bem como a apresentação dos Sistemas de Avaliação das Políticas Públicas para a Coesão Social, por parte da Costa Rica, e do relatório de seguimento IBERGOP e seu programa anual 2007-2008, devidamente aprovado. Foi escolhido o seguinte tema para orientar as atividades da RIMPE: "Sistemas de Avaliação das Políticas Públicas para a Coesão Social", tema este a ser desenvolvido pelo IBERGOP em seu programa acadêmico para o ano letivo. Adicionalmente, a RIMPE dará seguimento ao sistema de consultas a pedido das partes interessadas e ao intercâmbio de experiências em boas práticas. Esta RMS submeteu à consideração da XVII Cúpula a necessidade de criar os mencionados sistemas integrados de avaliação das políticas de coesão social, contemplando o controle da gestão e a avaliação do

---

<sup>11</sup>Realizado em junho

impacto das políticas. Os Chefes de Estado solicitaram aos Ministros que coadjuvassem na otimização dos sistemas nacionais de avaliação da qualidade e impacto das políticas públicas, e que fortalecessem a coordenação das instituições sociais dos países ibero-americanos.

## **VII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo** (Porto Montt-Laguna San Rafael<sup>12</sup>, 29 setembro - 2 outubro)

Em sua Declaração “Canais Patagônicos do Chile”, os representantes dos 19 países participantes da Conferência acordaram estabelecer políticas públicas de turismo social; trocar experiências de êxito em turismo para a terceira idade e estudar a possibilidade de fazer intercâmbios entre aqueles países que contam com programas turísticos para esse grupo etário; aprofundar a troca de informações estatísticas; promover as micro e pequenas empresas do setor e desenvolver plataformas tecnológicas de capacitação. Apresentaram-se na reunião dois textos para estudo e debate, um sobre turismo no espaço ibero-americano, outro sobre turismo e coesão social. Analisaram-se experiências de trabalho com grupos vulneráveis (entre eles juventude e terceira idade) aproveitando a temporada baixa e foi feita a apresentação de um sistema de licitação de subsídios para operadores turísticos que ofereçam esse tipo de serviço. O Plano de Ação previsto na Declaração ratifica o propósito de estabelecer uma Rede Ibero-Americana de Centros de Formação Turística, havendo o Brasil se comprometido a apresentar, com o apoio da SEGIB, um modelo na próxima reunião. O Plano prevê, ainda, o apoio ao conhecimento e difusão das melhores práticas em matéria de turismo social e de turismo ecológico, mediante a apresentação de casos concretos e modelos de desenvolvimento, utilizando a nova plataforma tecnológica da Rede de Peritos Ibero-Americanos de Turismo e uma metodologia comum a ser elaborada pela SEGIB, segundo petição expressa. Levando em conta as considerações dos Ministros, os Chefes de Estado os instruíram a impulsionar o turismo como uma atividade econômica geradora de empresas, empregos, inovação e capacidades, que não só amplia o acesso do cidadão a bens e serviços básicos, mas também contribui para o enriquecimento da identidade dos povos.

## **XII Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano** (Santiago, 10 outubro)

Estiveram presentes delegados de 20 países. Analisou-se o direito à cidade como condição necessária para garantir espaços inclusivos e sociedades coesas. Tal direito consagra não somente a garantia de acesso a uma moradia adequada em um entorno ambiental saudável e sem precariedades de qualquer tipo, como também a provisão de espaços com todos os serviços públicos, oportunidades de trabalho suficientes e plena participação democrática. Os

---

<sup>12</sup>A reunião realizou-se a bordo do Navio Aquiles, navegando pelos canais austrais

Ministros aspiram a que este direito seja reconhecido dentro do conjunto de direitos fundamentais e que as políticas públicas locais e os planos e programas de moradia e urbanismo nos distintos países se desenvolvam nessa base. Os responsáveis por esta área buscarão mecanismos de financiamento para implementar políticas de habitação que respondam, sobretudo, à demanda das populações mais necessitadas. A XVII Cúpula acolheu a iniciativa de promover o mencionado direito, que poderia vincular-se aos direitos de segunda geração, dado seu caráter econômico e social, já que incide sobre a expressão da igualdade dos indivíduos; ou alternativamente, aos direitos de terceira geração, pois envolve o componente de solidariedade para garantir o acesso universal a formas mais avançadas de cidadania e civismo, liberdade e qualidade de vida.

## I Conferência Ibero-Americana de Gênero

(Santiago, 11-12 outubro)

As delegações dos 20 países presentes propuseram contribuir com suas boas práticas aos trabalhos do futuro Observatório de Gênero que, por iniciativa desta Conferência e com o apoio da SEGIB, CEPAL e AECI, entrará em funcionamento proximamente. A presidência da mesa acolheu, como Agenda Ibero-Americana de Igualdade, o Consenso de Quito, adotado no mês de agosto durante a X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Tomou-se a decisão de manter a periodicidade desta RMS no marco da Conferência Ibero-Americana. A Cúpula endossou as propostas da reunião e decidiu incorporar transversalmente a dimensão de gênero nas políticas públicas de coesão social.

## Atuação da SEGIB

A SEGIB vem procurando aprofundar a inserção das Reuniões Ministeriais Setoriais no quadro da Conferência Ibero-Americana, mediante o acompanhamento permanente de cada uma, a identificação de sua possível convergência temática com a de outras reuniões e a exploração de sinergias entre os mandatos emanados da Cúpula e os trabalhos das RMS.

Com base na transparência, na pertinência e na horizontalidade, busca-se consolidar um mecanismo operacional que, desde a convocação das reuniões até o seguimento de seus consensos, assegure o tratamento orgânico do processo e a participação no nível apropriado. Esse exercício tem por objetivos:

- a) incrementar os vínculos de cooperação no espaço ibero-americano;
- b) definir agendas em sintonia com os mandatos das Cúpulas;





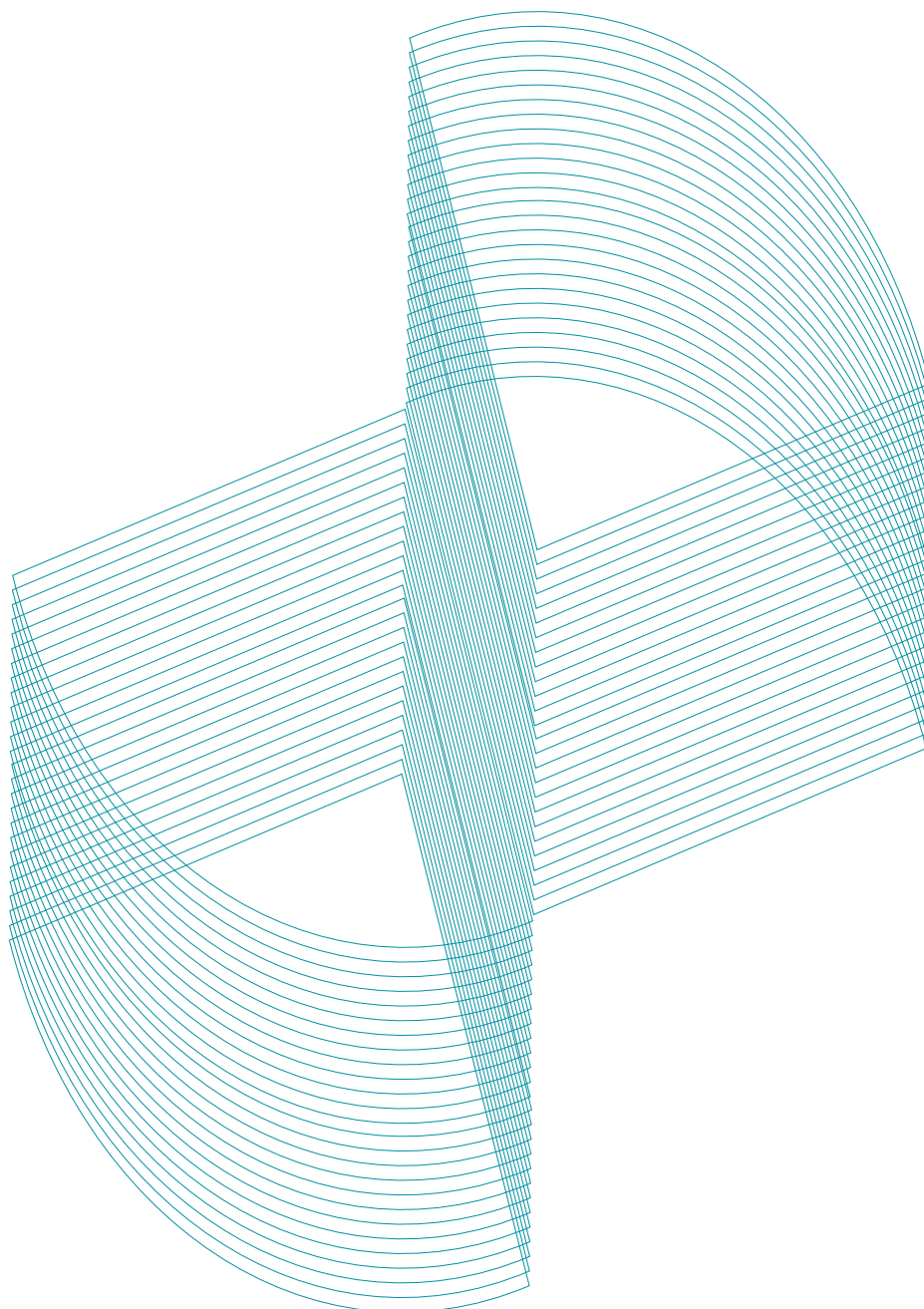
c) levar a cada Cúpula propostas viáveis e de alto sentido prático e

d) formular, sempre que possível, aportes concretos relacionados com o eixo temático a ser abordado pelos Chefes de Estado e de Governo em sua reunião anual.

A fim de alcançar esses objetivos, a SEGIB, em constante e estreita colaboração com a Secretaria Pro-Tempore, trabalha pela articulação efetiva, coordenando a circulação permanente e eficaz de informação entre os Coordenadores Nacionais, os Responsáveis de Cooperação, as Secretarias Técnicas e as demais instâncias envolvidas na organização e seguimento das Reuniões Ministeriais Setoriais.

# Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

*Referências à coesão social nas Declarações Ministeriais*




## Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

### *Referências à coesão social nas Declarações Ministeriais*

Em 2007 o tema central das intervenções dos Chefes de Estado Ibero-Americanos em sua décima sétima Cúpula foi a Coesão Social e as políticas sociais para alcançar sociedades mais inclusivas na ibero-américa. Esse mesmo eixo temático foi a constante transversal em todas as reuniões ministeriais setoriais convocadas no âmbito da Conferência Ibero-Americana. Cada uma, desde seu ponto de vista específico, fez contribuições para o debate central da Cúpula, analisando e tomando decisões relativas ao compromisso global ibero-americano de alcançar sociedades menos excludentes e desiguais.

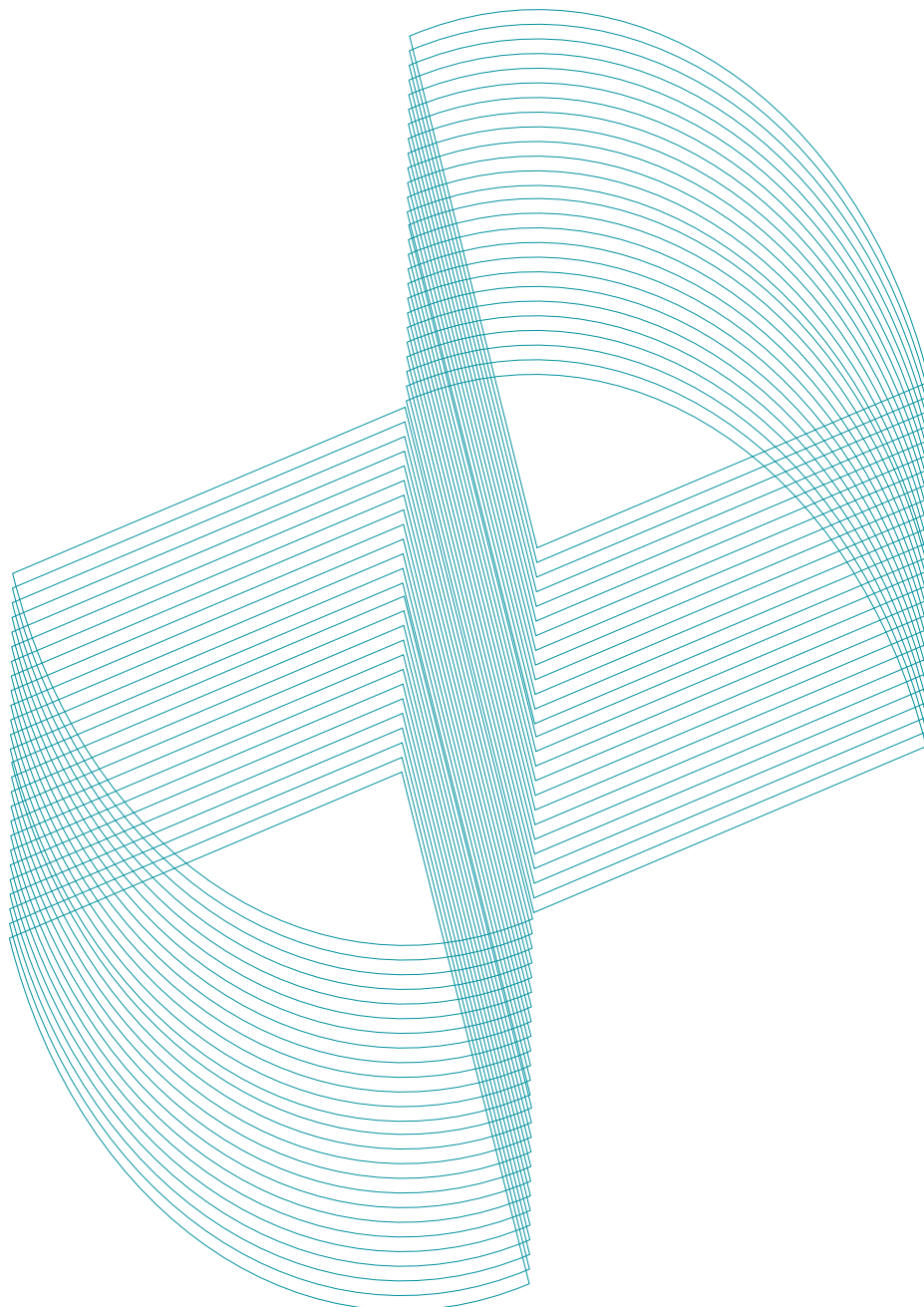
No tocante à **infância e adolescência**, acordou-se a criação de sistemas de proteção integral que dêem plena participação aos menores de forma inclusiva e co-responsável. Serão desenvolvidos à luz da Convenção sobre os Direitos da Criança e da Agenda Ibero-Americana da Infância e da Adolescência e seu respectivo Plano de Ação. Os responsáveis pela **administração pública e reforma do estado** se comprometeram a fortalecer a qualidade da gestão pública, de modo a torná-la um instrumento efetivo a serviço da coesão social. Os ministros do **meio ambiente** reiteraram a importância do habitat para assegurar a coesão e se propuseram definir e aplicar políticas e instrumentos capazes de reafirmar o sentido de pertença dos cidadãos, com vistas à plena realização de seus direitos e deveres em matéria ambiental. Isso implica o fortalecimento da gestão ambiental, o fomento da educação ambiental e o eficaz funcionamento de instâncias para a participação dos diferentes atores sociais. A aprovação do texto do Convênio Ibero-Americano de **Segurança Social** pelos ministros dessa pasta, e elevado à XVII Cúpula para sua adoção, representa um marco histórico. Ao garantir a salvaguarda dos direitos laborais adquiridos pelos trabalhadores em todo o espaço ibero-americano, o Convênio traz um aporte substancial ao projeto integrador ibero-americano. O passo seguinte será o desenvolvimento do respectivo acordo de aplicação. Os Ministros responsáveis pela **área da saúde**, ao considerarem-na o motor do desenvolvimento humano e da coesão social, acordaram definir sistemas de proteção integrados com cobertura universal baseados nos cuidados primários de saúde e na participação cidadã. Comprometeram-se com investimentos em pesquisa e desenvolvimento (p+d) para a produção de medicamentos; disposição de estratégias conjuntas para facilitar o acesso universal a medicamentos e insumos essenciais; compra e distribuição eficaz de genéricos e harmonização legislativa a esse respeito. No que tange à **educação**, enfatizou-se a importância de que as políticas educativas se coadunem com políticas integradas de âmbito mais vasto. Os ministros procurarão identificar mecanismos para



ampliar a cobertura da educação, para melhorar a qualidade e a equidade e para promover a formação de docentes, a educação em valores, a aprendizagem ao longo da vida e pactos pela educação. Com vistas à maior coesão social, empenhar-se-ão por reforçar a inclusão, a coesão e o sentido de pertença através da promoção da qualidade e equidade da educação e sua vinculação com o sistema produtivo. Trataram ainda de temas que vão desde a universalização da alfabetização até as TICs (tecnologias da informação e comunicação) e a conformação do espaço ibero-americano do conhecimento (EIC). Os ministros da **cultura** assumiram o compromisso de implementar o Plano de Ação para desenvolver a Carta Cultural Ibero-Americana, base e esteio para a cooperação nesta matéria. Manifestaram seu empenho em promover políticas públicas que contribuam para a coesão social, tais como a democratização do acesso aos bens e serviços culturais, a ampliação do acesso aos meios de expressão, a recuperação do espaço público para a vida cultural da sociedade e o fomento ao diálogo cidadão. Os ministros da **presidência** acordaram criar sistemas de avaliação da qualidade das políticas públicas, assim como fortalecer a coordenação das instituições sociais dos países ibero-americanos, a bem da coesão social. No que respeita ao **turismo**, os ministros defenderam a necessidade de estimular o intercâmbio de políticas públicas de êxito em matéria de turismo social, normas de qualidade, gestão de destinos e desenvolvimento sustentável do turismo, a fim de alcançar sociedades mais inclusivas e com maior grau de coesão social. Os titulares do **setor habitacional e de desenvolvimento urbano** afirmaram que a redução da pobreza e a distribuição equitativa dos benefícios do crescimento, com vistas à inclusão social, implicam promover a consagração do direito à cidade como diretriz fundamental para a definição e implementação de políticas urbanas, econômicas e sociais voltadas para o desenvolvimento de cidades justas, humanas, democráticas e sustentáveis. Finalmente, no que se refere às políticas de **gênero**, a declaração ministerial salienta a necessidade de implementar políticas públicas multi-setoriais, orientadas à coesão social, que incorporem a perspectiva de gênero, reconhecendo as particularidades das mulheres em sua diversidade, fortalecendo os sistemas de proteção social nas distintas etapas de sua vida e valorizando seu aporte ao desenvolvimento dos países.

# Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

## *Resultados*



# Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

## *Resultados*

### **Aprovados pelos respectivos Ministros e adotados pelos Chefes de Estado**

- ◆ Carta Iberoamericana de Gobierno Electrónico.
- ◆ Plano de Ação da Carta Cultural Ibero-Americana
- ◆ Agenda Iberoamericana de Género.
- ◆ Observatorio de Género.
- ◆ Convênio Ibero-Americano de Segurança Social.
- ◆ Articulação de comemorações conjuntas dos Bicentenários das Independências.
- ◆ Desenvolvimento de sistemas de avaliação das políticas públicas para a coesão social.
- ◆ Implementação de estratégias para assegurar o acesso universal a medicamentos e insumos para sua produção.
- ◆ Impulso ao turismo como atividade geradora de empresas, empregos e inovação.
- ◆ Aplicação da Convenção da UNESCO sobre diversidade cultural.
- ◆ Implementação de estratégias de adaptação e de mitigação dos efeitos adversos da mudança do clima.
- ◆ Desenvolvimento de estratégias para o uso sustentável da biodiversidade.
- ◆ Desenvolvimento de programas de proteção social integrados e de cobertura universal.
- ◆ Estratégia ibero-americana para alcançar um pacto pelo acesso à educação e a qualidade da educação e pela formação profissional que promova a coesão e a inclusão sociais.
- ◆ Promoção do direito à cidade através da formulação de políticas públicas que assegurem o acesso ao solo, à moradia adequada, infra-estrutura e equipamento social e o acesso a mecanismos e fontes de financiamento suficiente e sustentável.

### **Aprovados como Programas de Cooperação Ibero-Americana**

- ◆ Plano Ibero-Americano de Alfabetização (PIA) .
- ◆ Formação em Políticas da Infância.

## **Aprovados como Iniciativas de Cooperação Ibero-Americana**

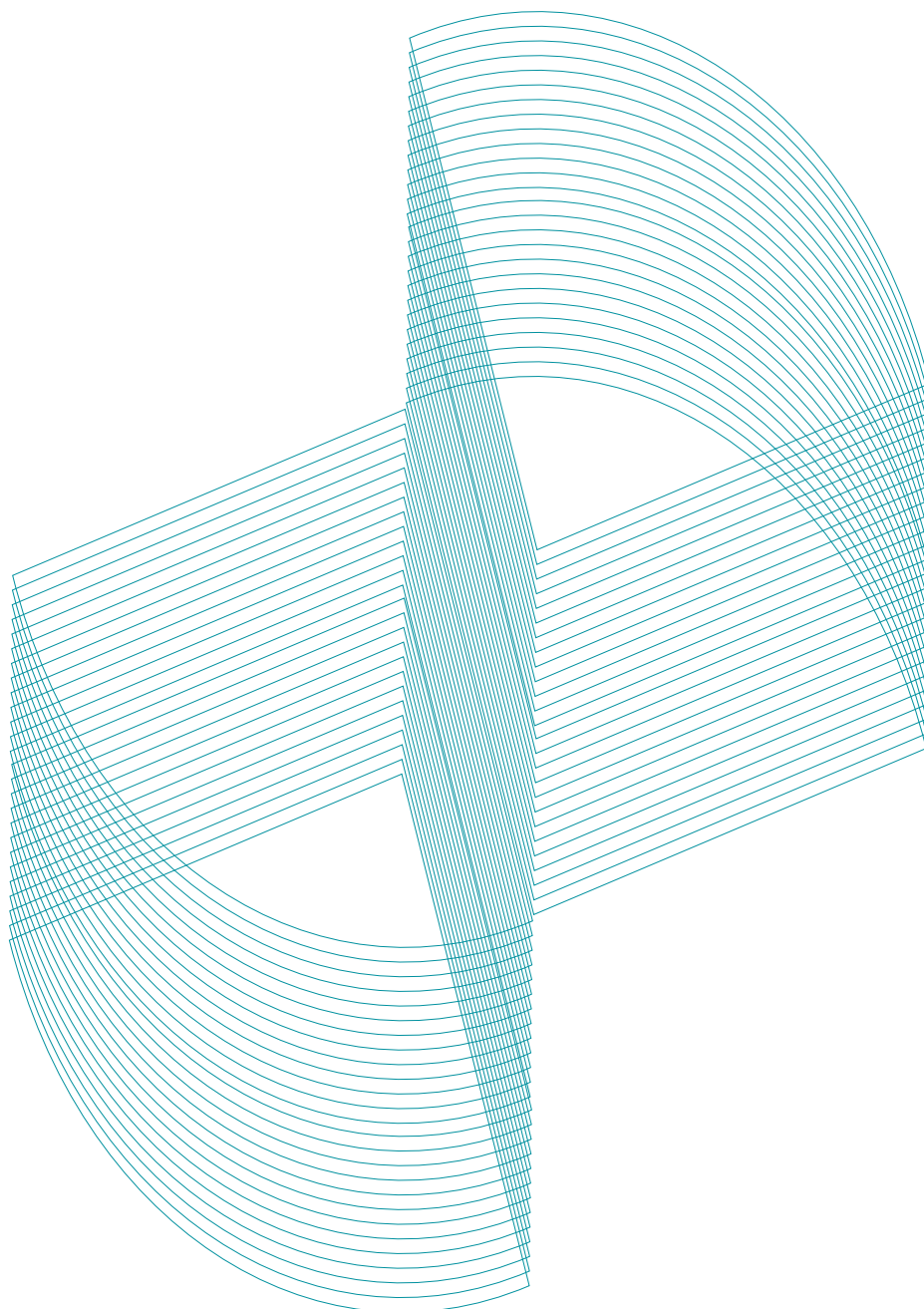
- ◆ Pablo Neruda (de Mobilidade Acadêmica).
- ◆ Formação em gestão de recursos hídricos.
- ◆ Implementação do Convênio Ibero-Americano de Segurança Social.
- ◆ IBERMUSEUS.

## **Avanços no cumprimento de mandatos da XVI Cúpula**

- ◆ Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC).
- ◆ Avaliação de experiências em matéria de Troca da Dívida por Educação.
- ◆ Relatório sobre a situação e viabilidade da criação do Instituto Ibero-Americano de Línguas Nativas.
- ◆ Preparação de um Plano Ibero-Americano de combate à Tuberculose.

# Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

## *Fichas Técnicas e Declarações*





# Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

## *Fichas Técnicas e Declarações*

- ◆ Administração Pública e Reforma do Estado
- ◆ Cultura
- ◆ Educação
- ◆ Gênero
- ◆ Infância e Adolescência
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Presidência e Equivalentes
- ◆ Saúde
- ◆ Segurança Social
- ◆ Turismo
- ◆ Habitação e de Desenvolvimento Urbano

### **Conferência: IX Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado**

#### **Secretaria Pro-Tempore : Secretaria-Geral da Presidência do Chile**

Contacto: Alejandra Sepúlveda      Endereço: Agustinas, 1291 - 5º piso  
Santiago, Chile

Cargo: Diretora-Executiva do Programa  
de Reforma e Modernização do  
Estado

e-mail: masepulveda@minsegpres.  
gov.cl

Telefone: (56-2) 694 5808 / 5807

Fax: (56-2) 694 5965

#### **Secretaria Técnica: CLAD - Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento**

Contacto: Julio César Fernández Toro      Website: [www.clad.org.ve](http://www.clad.org.ve)

Cargo: Secretário-Geral      Endereço: Calle Herrera Toro, Quinta CLAD  
Las Mercedes  
Apartado Postal 4181 / 1010-A Caracas, Venezuela

e-mail: [clad@clad.org.ve](mailto:clad@clad.org.ve)

Telefone: (58-212) 992 4064 / 3297 / 5953  
(58-212) 993 7277 / 9104

Fax: (58-212) 991 8427

#### **SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana**

Contacto: Leonor Esguerra Portocarrero      Website: [www.segib.org](http://www.segib.org)

Cargo: Subdirectora, División de Re-  
uniones Ministeriales Secto-  
riales      Endereço: Paseo de Recoletos, 8  
28001 Madrid, Espanha

e-mail: [lesguerra@segib.org](mailto:lesguerra@segib.org)

Telefone: (34-91) 590 1980 / 1995

Fax: (34-91) 590 1982

#### **Reuniões Recentes**

2007: IX Conferência, Pucón (Chile), 31 maio-1 junho

2006: VIII Conferência, Montevideu (Uruguai), 22-23 junho

#### **Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Secretaria para a Cooperação**

Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas

#### **Menções na Declaração e/ou no Programa de Ação da XVII Cúpula**

##### **Declaração**

"18. Promover a colaboração entre os setores público e privado e a sociedade civil na aplicação das políticas públicas, elevar a qualidade de sua implementação, fortalecer a coordenação da institucionalidade social, consolidar a modernização da gestão pública, combater a corrupção e assegurar a transparência e a administração eficiente dos recursos públicos. Para esses fins, adotou-se a Carta Ibero-Americana de Governo Eletrônico."

#### **Observações**

A Carta Ibero-Americana de Governo Eletrônico contém um conjunto de conceitos, valores e orientações de utilidade para o desenho e implantação das TIC's na gestão pública ibero-americana. Procura facilitar as relações do cidadão com as administrações públicas e, ao mesmo tempo, aproveita o potencial de relacionamento das mencionadas administrações para impulsionar o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento.

### IX Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma Do Estado

Pucón, Chile, 31 de maio e 1º de junho de 2007

#### Consenso de Pucón

- ◆ Uma Gestão Pública para a Coesão Social.
- ◆ Carta Ibero-Americana de Governos Eletrônico.
- ◆ Programa Acadêmico 2007 - 2008, Escola Ibero - Americanas de Administração e Políticas Pública.
- ◆ Resoluções.

Os Ministros da Administração Pública e de Reforma do Estado e os Chefes de Delegações dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2007, em Pucón, Chile, sob a iniciativa do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), com o respaldo e co-organização do Governo do Chile e o apoio do Governo da Espanha.

Constituíram-se na IX Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, a fim de deliberar sobre: a importância de uma Gestão pública para a coesão social; a necessidade de adotar a "Carta Ibero-Americana de Governo Eletrônico"; e aprovar o primeiro Programa Acadêmico da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas, com o objetivo de aumentar as capacidades institucionais necessária para garantir a governabilidade democrática, a consecução dos objetivos de desenvolvimento e equidade social e a coordenação eficiente da cooperação nestas matérias.

Obtiveram consenso nas considerações enunciadas a seguir, acordando que serão apresentadas na XVII Cúpula Ibero -Americana de Chefes de Estado e de Governo, que será realizada em Santiago, Chile, nos dias 8, 9 e 10 de novembro do presente ano.

#### Uma gestão pública para a coesão social

Levando em consideração que o objetivo de toda política pública é o bem-estar das pessoa, é necessário fortalecer as capacidades institucionais públicas para atender os requerimentos cidadãos de integração e pertença. Neste sentido, requere-se impulsionar critérios de universalização que atendam a diversidade e a complexidade das demandas cidadãs, assim como fortalecer a qualidade da gestão pública para que seja um real instrumento ao serviço da coesão social.

## Carta Ibero-americana de governo eletrônico

Melhorar a gestão pública em benefício dos povos ibero-americanos e alcançar uma sociedade da informação e do conhecimento inclusiva, focada nas pessoas e orientadas para o desenvolvimento são objetivos importantes nos que contribui o desenvolvimento e a consolidação do governo eletrônico.

Deste modo, considera-se necessário adotar a “Carta Ibero-Americana de Governo Eletrônico”, que contém um conjunto de conceitos, valores e orientações que podem contribuir para que os Estados Ibero-americanos desenhem, implantem e consolidem o governo eletrônico, e promovam o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento.

A “Carta Ibero-Americana de Governo Eletrônico” aspira a contribuir para a geração de uma linguagem comum sobre o governo eletrônico nos nossos países, com pleno respeito pelas peculiaridades idiossincrasias, culturas, história e tradições de cada realidade nacional, sendo portanto um referente e não uma norma jurídica.

### Programa acadêmico 2007 - 2008, Escola Ibero-americana de administração e políticas públicas

No acompanhamento da criação da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas pela VIII Conferência Ministerial, reunida nos dias 22 e 23 de junho de 2006, em Montevideo, Uruguai, considera-se necessário aprovar a proposta do seu Primeiro Programa Acadêmico 2007-2008, que atende as necessidades atuais da Ibero-América em matéria de formação de diretivos e funcionários públicos, em conformidade com a “Carta Ibero-Americana da Função Pública”.

### Resoluções

Os Ministros da Administração Pública e da Reforma do Estado e os Chefes de Delegação dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2007, em Pucón, Chile, por ocasião da IX Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, resolvemos adotar as resoluções abaixo:

- 1. Aprovar** as considerações que constam no presente “Consenso de Pucón” sobre Uma Gestão Pública para a Coesão Social.
- 2. Aprovar** a adoção da “Carta Ibero-Americana de Governo Eletrônico”, cujo texto devidamente subscrito é anexado a este documento.

**3. Aprovar** a programação acadêmica 2007-2008 da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas, a fim de dar início formal às suas atividades, bem como gerir através dos seus órgãos meios necessários para o seu financiamento.

**4. Solicitar** à Secretaria Pro Tempore da XVII Cúpula Ibero-Americana, que submeta à consideração dos Chefes de Estado e de Governo as resoluções anteriores.

Por outra parte, acordamos:

**1. Expressar** o reconhecimento e parabenizar o Governo do Chile, através do Ministério Secretaria-Geral da Presidência, pela excelente organização da Conferência, pela sua proverbial hospitalidade, e pelas suas contribuições para o clima de confraternidade ibero-americana que tem caracterizado esta reunião.

**2. Expressar** o reconhecimento ao Governo da Espanha por ter possibilitado a realização desta Conferência.

**3. Aceitar** o oferecimento do Governo de El Salvador, sede da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, para sediar a X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, como já é tradição.

**4. Encomendar** à Secretária-Geral do CLAD a realização das ações de coordenação necessárias com o Governo de El Salvador, para os efeitos da organização e execução da X Conferência Ministerial.

**5. Solicitar** ao CLAD que continue servindo como instrumento de troca entre os países membros nas matérias relacionadas com a Reforma do Estado, o fortalecimento das suas instituições públicas e a modernização dos seus mecanismos de gestão.

**6. Saudar** a presença na Conferência da Secretaria-Geral Ibero-Americana, SE-GIB.

<b>Conferência:</b>	<b>X Conferência Ibero-Americana de Cultura</b>		
<b>Secretaria Pro-Tempore : Ministério da Cultura do Chile</b>			
Contato:	Eugenio Llona Mouat	Endereço:	Fray Camilo Henríquez, 262 Santiago, Chile
Cargo:	Jefe de Unidad de Asuntos Internacionales		
e-mail:	eugenio.llona@consejodelacultura.cl		
Telefone:	[56-2] 589 7964		
Fax:	[56-2] 665 0803		
<b>Secretaria Técnica: OEI - Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura</b>			
Contato:	Álvaro Marchesi – Secretario General Fernando Rueda – Mónica García	Website:	www.oei.es
Cargo:	Coordinador de Programas	Endereço:	Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, Espanha
e-mail:	mgarcia@oei.es		
Telefone:	[34-91] 594 4382		
Fax:	[34-91] 594 3286		
<b>SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana</b>			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdirectora, División de Reuniones Ministeriales Sectoriales	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	[34-91] 590 1980 / 1995		
Fax:	[34-91] 590 1982		
<b>Reuniões Recentes</b>			
2007:	X Conferência, Valparaíso (Chile), 26-27 julho; Reunião Preparatória, Lisboa (Portugal), 7-8 maio		
2006:	IX Conferência, Montevidéu (Uruguai), 13-14 julho		
<b>Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Culturais</b>			
<b>ADAI</b> Apoio ao desenvolvimento de arquivos ibero-americanos (Programa)			
<b>RADI</b> Rede de arquivos diplomáticos ibero-americanos (Programa)			
<b>IBERCENA</b> Apoio à construção do espaço cênico ibero-americano (Programa)			
<b>IBERMEDIA</b> Apoio à construção do espaço audiovisual ibero-americano (Programa)			
<b>PICBIP</b> Desenvolvimento das bibliotecas nacionais dos países ibero-americanos (Programa)			
<b>RILVI</b> Repertório integrado de livros à venda na região ibero-americana (Programa)			
<b>IBERMUSEUS</b> Integração e desenvolvimento dos museus ibero-americanos (Iniciativa aprovada na XVII Cúpula)			
<b>CARTA CULTURAL</b> Implementação do Plano de Ação da Carta Cultural			

## Menções na Declaração e/ou no Programa de Ação da XVII Cúpula

### Declaração

“14. Aplicar políticas que fomentem e promovam a democratização do acesso aos bens e serviços culturais e aos meios de expressão, assim como a recuperação do espaço público para a vida cultural e social.

15. Erradicar todo tipo de discriminação, preservar a diversidade cultural, fomentar a interculturalidade e enriquecer o patrimônio cultural ibero-americano. Nesse sentido, ressaltam a importância da Convenção da UNESCO para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Acordam, também, impulsionar, a partir do ano de 2009, a comemoração dos bicentenários de Independência de várias nações ibero-americanas, e a comemoração, no ano de 2008, do bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, de modo que contribua para a projeção da Comunidade Ibero-Americana.”

### Programa de Ação

11. Desenvolver políticas públicas culturais que contribuam ao exercício da cidadania e ao sentido de pertencer, através da defesa e promoção das identidades, da memória e do patrimônio cultural, em consonância com o Plano de Ação da Carta Cultural Ibero-Americana, como contribuição decisiva à coesão social. Neste contexto aprovamos a Iniciativa de Cooperação Ibero-Americana Ibermuseum, e se designa 2008 como o Ano Ibero-Americano dos Museus.

25. Instruir a SEGIB que elabore, em consulta com Ministérios da Cultura ou organismos competentes, um programa ibero-americano para a criação da Orquestra Ibero-Americana Infantil e Juvenil, levando em conta as experiências da nossa região, que promovem a participação inclusiva e destacada no sistema artístico de educação musical de crianças e jovens em situação de risco.

47. Instruir a SEGIB para que desenvolva, em coordenação com os países, a comemoração do bicentenário e estude a proposta de criar uma Comissão Regional do Bicentenário, de participação aberta e voluntária, que enfatize os processos de construção dos nossos países e sua futura projeção, com o intuito de identificar e implementar programas de cooperação conjunta ou entre grupos de países.”

## Observações

O Plano de Ação da Carta Cultural inclui iniciativas para o seu conhecimento, difusão e valorização política, cultural e científica. A Iniciativa da Cooperação Ibero-Americana IBERMUSEUS procura promover a integração, consolidação, modernização, qualificação e desenvolvimento dos museus ibero-americanos, estabelecer mecanismos de intercâmbio, informação e difusão entre eles e estimular o direito à memória das distintas etnias e gêneros, de grupos e de movimentos sociais, apoiando ações de apropriação social do patrimônio.

### X Conferência Ibero-Americana de Cultura

Valparaíso, Chile, 26 e 27 de julho de 2007

#### Declaração de Valparaíso

As Ministras e os Ministros e as Altas Autoridades de Cultura da Ibero-América, no marco da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que será realizada nos dias 8 e 10 de novembro de 2007, cujo tema é a coesão social e as políticas sociais para alcançar sociedades mais inclusivas na Ibero-América,

#### Consideramos:

1. Que a coesão social deve ter como pressupostos básicos a igualdade, a diversidade e o exercício pleno dos direitos civis, sociais, políticos e culturais da cidadania.
2. Que as sociedades mais coesas provêm o melhor marco institucional para a consolidação da paz e o crescimento econômico, fortalecem a governabilidade democrática e operam como fator de desenvolvimento.
3. Que a dimensão cultural é fundamental no conjunto das políticas públicas para promover a coesão social.
4. Que é necessário fortalecer uma voz ibero-americana no mundo para a construção de uma cultura da paz e da convivência na diversidade e na diferença.
5. Que as políticas culturais devem promover o exercício da cidadania e o senso de pertença, através da conservação e da promoção das identidades, da memória, do patrimônio cultural e do diálogo intercultural, o que pressupõe uma contribuição decisiva para a coesão social.
6. Que as políticas culturais devem abranger e promover a coesão social entre as comunidades migrantes da Ibero-América.
7. Que as línguas nativas e as culturas dos povos originário e afro-descendente constituem um patrimônio substancia da diversidade cultural da Ibero - América.



- 8.** Que a plenitude da cidadania pressupõe a defesa e o respeito dos direitos humanos, individuais e coletivos, que são exercidos em contextos multiculturais, multiétnicos, plurilingüísticos e de diversidades.
- 9.** Que o diálogo intercultural, cada vez mais relevante no mundo contemporâneo, além de constituir ele próprio um fator de enriquecimento humano, é um instrumento indispensável para garantir a paz, a coesão social e o desenvolvimento sustentável.
- 10.** Que, através da cooperação internacional, são favorecidas as condições de igualdade para reconhecer as diversas maneiras de observar e entender o mundo, e promove-se a garantia da liberdade de expressão de todas as culturas.
- 11.** Que a cultura, nas suas diferentes manifestações, contribui significativamente para o crescimento econômico, a geração de emprego, a competitividade e a inovação.
- 12.** Que é necessário intensificar o vínculo entre educação e cultura como fator de desenvolvimento e de luta contra a exclusão, em conformidade com as recomendações da I Conferência Mundial de Educação Artística, realizada em Lisboa, em março de 2006.
- 13.** Que, no entanto, a experiência artística genuína, reveladora, pode predispor favoravelmente as mulheres e os homens a ser melhores cidadãos, é necessário assumir a incorporação da arte e da cultura na educação, nos seus âmbitos formal e não formal, de modo a incorporar novos modelos e práticas destinados a aumentar o seu valor social.
- 14.** Que os avanços e conquistas alcançados pelos Programas Culturais Cúpula, RILVI, ADAI, RADI, PICBIC, IBERMEDIA e IBERESCENA, contribuem significativamente para a construção de um espaço cultural ibero-americano.
- 15.** Que é necessário conhecer a história ibero-americana em geral e a de cada nação da Ibero-América para alcançar o pleno entendimento entre as nossas nações e o fortalecimento da Comunidade Ibero-Americana.
- 16.** Que os museus devem ser compreendidos como instituições dinâmicas, vivas e de encontros interculturais, espaços que trabalham com o poder da memória, que contribuem para o aumento da auto-estima e o fortalecimento da própria comunidade à que pertencem; instâncias relevantes para o desenvolvimento de funções educativas e formativas; e ferramentas adequadas para incentivar o respeito pela diversidade cultural e natural, potencializando a coesão social.

## Acordamos:

Para favorecer a coesão social

**1. Fomentar** e promover políticas culturais públicas que contribuam para potencializar a coesão social, tais como a democratização do acesso aos bens e serviços culturais e a ampliação do acesso aos meios de expressão; a recuperação do espaço público para a vida cultural da sociedade, fomento do diálogo cidadão que expresse a diversidade cultural e o reconhecimento em cada sociedade das diversas identidades culturais, entre as diferenças de opções religiosas, e a facilidade de que cada grupo identitário se reconheça e possa exercer a sua qualidade cidadã, com iguais direitos e obrigações, promovendo a pertença a um projeto comum.

**2. Conformar** um grupo de trabalho responsável pela elaboração de uma pesquisa que assente as bases para a criação de um programa Cúpula destinado a fomentar e promover as políticas em torno a cultura e coesão social, a ser apresentado na XI Conferência Ibero-Americana de Cultura.

Para o desenvolvimento cultural

**3. Destinar** de maneira progressiva para o fomento da cultura, no mínimo, 1% de orçamento geral de cada Estado.

Para a aplicação da Convenção sobre a Diversidade da UNESCO:

**4. Insistir** na importância da ratificação e implementação pelos nossos países da Convenção da UNESCO para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, cuja aplicação pressupõe a ativa participação da sociedade no seu conjunto.

**5. Difundir** amplamente perante a opinião pública os valores, as finalidades e o alcance do instrumento mencionado, em especial, no dia 21 de maio, Dia Mundial da Diversidade Cultural.

**6. Contribuir**, no âmbito ibero-americano, para o desenvolvimento dos artigos relativos à cooperação internacional, com o concurso de peritos, tomadores políticos de decisão e organizações sociais e profissionais; e para a articulação com a sociedade civil e com o setor educativo.

**7. Estabelecer** um grupo de responsáveis da proposta de políticas públicas para a promoção da diversidade nos mercados audiovisuais, a partir do fortalecimento de indústrias nacionais e incentivos para uma maior articulação ibero-americana.

Para o desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-Americana:

**8. Difundir** a Carta Cultural Ibero-Americana como um instrumento dinamizador da diversidade cultural e marco de referência para as ações de cooperação existentes e futuras na Ibero-América.

**9. Aprovar** o Plano de Ação da Carta Cultural, que inclui iniciativas para o seu conhecimento, a sua difusão e a sua posta em valor político, cultural e científico, com a celebração de um Congresso Ibero-Americano da Cultura, que incorpore a sociedade civil e que permita evidenciar o potencial das nossas culturas.

**10. Continuar** os trabalhos para a elaboração de metodologias comuns e indicadores de medição cultural compartilhados na região ibero-americana.

**11. Reafirmar** a nossa determinação de proteger as línguas nativas e desenvolver estratégias que contribuam para a cooperação dos esforços necessários de cada país e da Comunidade Ibero-Americana em conjunto, nesse sentido. A SEGIB e a OEI apresentarão, na próxima Conferência Ibero-Americana de Cultura, os avanços realizados incluindo os resultados do estudo a respeito da viabilidade do Instituto Ibero-Americano de Línguas Nativas e outras iniciativas realizadas.

Para promover o diálogo intercultural:

**12. Incluir** o diálogo intercultural como uma prioridade da cooperação ibero-americana, complementar às dimensões políticas, econômicas e sociais;

**13. Impulsionar** as indústrias criativas e culturais e o seu potencial como setor estratégico de desenvolvimento econômico.

**14. Incentivar** ações que promovam a interculturalidade, tais como a celebração de festivais, as coproduções artísticas, os Roteiros culturais Ibero-Americanos e a circulação de bens e serviços culturais na região.

**15. Levar** adiante ações específicas em países fronteiriços para favorecer os intercâmbios em regiões culturais compartilhadas.

**16. Aproveitar** os portais ibero-americanos e os meios em massa e comunitários de informação e comunicação, para disseminar as expressões culturais dos nossos países, assim como elaborar um inventário de boas práticas e troca de experiências em torno ao diálogo intercultural e à diversidade.

Para fortalecer os laços entre educação e cultura

**17. Desenvolver** um programa ibero-americanos de educação artística, cultural e cidadania, impulsionado pela OEI, que incorpore na educação o conhecimento das diferentes linguagens e expressões artísticas, o valor da diversidade, o patrimônio e os bens culturais nacionais e ibero-americanos.

Para comemorar a Celebração dos Bicentenários

**18. Apoiar** a elaboração de uma agenda compartilhada para a celebração dos bicentenários das independências.

**19. Cumprimentar** o comitê luso-brasileiro instituído para comemorar o bicentenários da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil.

**20. Conferir** mandato à OEI à SEGIB para a articulação das comemorações compartilhadas dos bicentenários das independências.

**21. Solicitar** à OEI e à SEGIB que coordenem a elaboração de uma história crítica das nações ibero-americanas no marco da Carteira de História ibero-americana de OEI.

Programa Ibermuseos:

**22. Ratificar** a Declaração de Salvador de Bahia, do I Encontro Ibero-Americano de Museus, realizado no presente ano, reiterando a decisão de levar à XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo a adoção do Programa Ibermuseos como programa desta Cúpula, assim como desenvolver o seu plano de trabalho e a proclamação de 2008 como o Ano Ibero-Americano de Museus.

**23. Agradecer** o caloroso acolhimento, gentileza e eficácia do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes do Chile e à OEI, pela bem sucedida organização desta reunião, bem como pelo seu permanente trabalho em favor da cooperação cultural ibero-americana.

## Ficha Técnica Educação 2007

<b>Conferência:</b>	<b>XVII Conferência Ibero-Americana de Educação</b>		
<b>Secretaria Pro-Tempore : Ministério da Educação do Chile</b>			
Contato:	Lucía Valenzuela	Endereço:	Alameda, 1371, 6º piso, of. 612 Santiago , Chile
Cargo:	Escritório de Relações Internacionais		
e-mail:	lucia.valenzuela@mineduc.cl		
Telefone:	(56-2) 390 4624		
Fax:	(56-2) 380 0342		
<b>Secretaria Técnica: OEI - Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura</b>			
Contato:	Álvaro Marchesi – Secretario General Hugo Camacho - Mónica García	Website:	www.oei.es
Cargo:	Coordenador	Endereço:	Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, Espanha
e-mail:	mgarcia@oei.es		
Telefone:	(34-91) 594 4382		
Fax:	(34-91) 594 3286		
<b>SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana</b>			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
<b>Reuniões Recentes</b>			
2007:	XVII Conferência, Valparaíso (Chile), 23-24 julho		
2006:	XVI Conferência, Montevideu (Uruguai), 12-13 julho		
<b>Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais</b>			
<b>TEIB</b> Televisão Educativa Ibero-Americana (Programa)			
<b>PIA</b> Plano Ibero-Americano de Alfabetização (Programa aprovado na XVII Cúpula)			
<b>Pablo Neruda</b> Mobilidade Acadêmica (Iniciativa aprovada na XVII Cúpula)			
<b>Virtual Educa</b> Projeto de capacitação virtual (Projeto Adscrito)			
<b>EIC</b> Espaço Ibero-Americano do Conhecimento			
<b>Troca da Dívida por Educação</b>			

## Menções na Declaração e/ou no Programa de Ação da XVII Cúpula

### Declaração

"4. Impulsionar um maior desenvolvimento e coordenação de políticas sociais para a superação da pobreza, assegurar o acesso universal aos serviços sociais e a qualidade dos serviços públicos e privados, especialmente em educação, saúde, habitação, e segurança e proteção sociais."

### Programa de Ação

"5. Encomendar à SEGIB que, com o apoio da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), desenvolva uma estratégia ibero-americana que permita alcançar, mediante acordos locais, nacionais e regionais, um pacto para o acesso e a qualidade da educação e da formação profissional, que promova a inclusão e a coesão social na região.

6. Desenvolver e tornar o ensino público mais atraente, relevante e de qualidade, aumentando o investimento na infra-estrutura educacional e, sobretudo, melhorando a pertinência e a qualidade dos programas de formação inicial docente e administrativo-docente, assim como impulsionando programas sistemáticos de capacitação contínua e de desenvolvimento profissional. Ressaltar a importância de uma educação inclusiva que permita enfrentar os problemas da exclusão educacional de crianças e adolescentes, tanto nas comunidades marginalizadas urbanas, como nas áreas rurais mais isoladas e pobres, com especial atenção às zonas de fronteira e aos assentamentos de povos indígenas e afro-descendentes.

7. Aprovar a incorporação do Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Ensino Básico de Jovens e Adultos (PIA) como Programa da Cúpula Ibero-Americana, comprometendo nossos governos no seu cumprimento, e encomendar à SEGIB e à OEI dar continuidade a seu desenvolvimento, de acordo com as diferentes realidades sociais e educacionais de cada um de nossos países, a partir dos planos nacionais e da diversidade de métodos existentes.

8. Encomendar à SEGIB que continue a apoiar as iniciativas de promoção dos programas de troca da dívida por educação, procure respaldo para os já formulados e impulse a incorporação de outros credores, dentro e fora da região ibero-americana, à iniciativa, especialmente através de operações multilaterais em que participem vários credores, à luz das conclusões do relatório sobre programas de troca da dívida por educação apresentado pela SEGIB.

9. Aprovar a nova iniciativa ibero-americana de mobilidade de estudantes de mestrado e doutorado, voltada para a formação dos jovens pesquisadores e tecnólogos de que a região necessita, iniciativa essa a denominar-se "Pablo Neruda", no âmbito do espaço ibero-americano do conhecimento."

### Observações

O objetivo geral do Plano Ibero-Americano de Alfabetização é universalizar, no menor tempo possível e, em qualquer caso, antes de 2015, a alfabetização na Ibero-América. A iniciativa Pablo Neruda é uma proposta de mobilidade acadêmica de pós-graduação, no âmbito sub-regional e regional, de caráter multilateral, estruturada em redes temáticas formadas por instituições de ensino superior.

## Declaração

### X Conferência Ibero-Americana de Educação

Valparaíso, Chile, 23 de julho de 2007

#### Declaração de Valparaíso

Las Ministras y los Ministros de Educación de Iberoamérica, reunidos en la XVII Conferencia Iberoamericana de Educación, en el marco de la XVII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, que tuvo lugar los días 8 al 10 de noviembre de 2007, cuyos ejes temáticos son la cohesión social y las políticas inclusivas,

#### Consideramos:

1. Que a educação é uma ferramenta fundamental através da qual Ibero-América pode avançar decididamente na solução dos seus mais graves problemas: a pobreza e a desigualdade. Em virtude da educação, as pessoas são formadas no exercício da cidadania, são alcançados maiores níveis de proteção para os grupos sociais mais vulneráveis e fomenta-se a equidade no acesso ao bem-estar.
2. Que, além da responsabilidade irrecusável dos Estados, o diálogo, os acordos e pacto educativos são fatores que favorecem a coesão e inclusão social, assim como a estreita relação que tem o desenvolvimento de valores éticos, cívicos e democráticos com este objetivo, muito especialmente através da arte, da cultura e do esporte.
3. Que as ações coordenadas através da Secretaria-Geral Ibero Americana (SE-GIB) e a Organização dos Estados Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), acordadas nas Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, como são o Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Ensino Básico de Jovens e Adultos(PIA), o Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC) com a participação do Conselho Universitário Ibero-Americano, o Programa de Televisão Educativa Ibero-Americana (TEIB), bem como o acompanhamento das experiências de troca de dívida por educação evidenciam notáveis avanços na sua concretização e desenvolvimento, contando com uma valorização positiva generalizada que nós compartilhamos. Isso contribuiu para o bem - estar de mulheres e homens da Ibero-América e, muitos especialmente, favoreceu um maior nível de coesão social e a aplicação de políticas inclusivas.
4. Que recebemos com satisfação as conclusões alcançadas na última reunião de responsáveis por ensino superior, realizada em conformidade como mandato da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, especialmente quando à elaboração de um roteiro a seguir para o fortalecimento do Espaço Ibero-Americano de Conhecimento (EIC).

**5.** Que valorizamos a criação da Secretaria de Cooperação Regional em Políticas de Informática Educativa, no marco da Rede Latino-Americana de Portais Educativos (RELPE).

### **Acordamos:**

**1.** Ratificar o dever ineludível do Estado de promover políticas educativas que reforcem a inclusão, a coesão social e o senso de pertença, através da promoção da qualidade e equidade educativa, sua vinculação com o sistemas produtivo, para alcançar sociedades mais justas, com melhores oportunidades para todos, maiores patamares de bem-estar e tornar uma realidade a construção de cidadania.

**2.** Reafirmar o compromisso de prevenir, corrigir e reverter nos sistemas de educação qualquer forma de discriminação, especialmente através do reconhecimento da equidade de gênero, da diversidade étnica, a multiculturalidade e desenvolvendo um modelo de escola segura na região.

**3.** Apoiar uma estratégia ibero-americana para alcançar um pacto educativo que promova a coesão e inclusão social na região, pacto que deveria se concretizar em acordos a nível sub-regional, nacional e local, bem como setorial e por categorias.

**4.** Reiterar o nosso compromisso com a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino básico na região, de acordo com os objetivos do PIA, valorizando os avanços alcançados por planos nacionais, bem como a diversidade de métodos utilizados, conforme as realidades sociais e educativas de cada um dos nossos países. Nesse sentido, reconhecemos as consecuições alcançadas pelas iniciativas "Yo sí puedo", Programa de Alfabetização e Educação Básica de Adultos (PAEBA) e outros planos e programas implementados na região.

**5.** Parabeniza o trabalho efetuado pela SEGIB e a OEI em colaboração com outros organismos, no desenvolvimento do PIAS e no apoio às iniciativas desenvolvidas durante 2007 no marco do Ano Ibero-Americano da Alfabetização . Instamos a que as ações mencionadas continuem sendo respaldadas.

**6.** Reafirmar o apoio às iniciativas de fomento da leitura e da escrita nos nossos países, assim como o desenvolvimento de programas que garantam a apropriação pelas famílias de material bibliográfico que promova os valores da diversidade cultural e o pensamento crítico.

**7.** Respalda o Congresso Ibero-Americano de Alfabetização que será realizado na cidade de Havana, Cuba durante o ano 2008.



- 8.** Reiterar a importância de continuar avançando na estruturação do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC), fazendo o acompanhamento, pela SE-GIB, a OEI e o CUIB, de estabelecido pelo roteiro desenhado pelos altos responsáveis por ensino superior dos países ibero-americanos, com especial atenção à materialização de um programa de mobilidade acadêmica e reformulação de CYTED. Manifestamos a nossa preocupação pela apropriação externa de capital humano qualificado da região.
- 9.** Manter o apoio às iniciativas destinadas à troca da dívida por educação, reforçando o papel dos Ministérios de Educação no desenho e implementação de programas decorrentes das mesmas.
- 10.** Promover nos nossos sistemas educativos o acesso universal às tecnologias da informação e da comunicação (TIC), que permitam elevar o nível da qualidade da educação para todos e o diálogo de saberes.
- 11.** Celebrar os avanços alcançados pela Rede Latino-Americana de portais educativos (RELPE) e destacar a posta em andamento do Acordo de Cooperação Regional de Informática Educativa. A Rede consolidou-se como uma entidade articuladora de portais locais, especialmente no acesso a conteúdos educativos para pessoas e instituições das áreas mais isoladas da região. Instamos a aprofundar o seu desenvolvimento na estruturação progressiva de um banco de recursos pedagógicos de maior complexidade. Animamos a se somar à mesmo a todos os países ibero-americanos.
- 12.** Apoiar a constituição do Comitê Inter-Governamental do Programa de Televisão Educativa Ibero-Americana (TEIB) e o processo de refundação e convergência de conteúdo que está sendo realizado.
- 13.** Promover acordos de cooperação horizontal entre os países ibero-americanos, para o desenvolvimento de políticas educativas que permitam a superação da desigualdade e da pobreza que, em definitiva, fortalecem a coesão e inclusão social.
- 14.** Agradecer aos organismos internacionais o apoio que vêm prestando ao desenvolvimento das nossas políticas e sistemas educativos, em especial os esforços realizados no âmbito da cooperação interagenciais.
- 15.** Agradecer, finalmente, o caloroso acolhimento, gentileza e eficácia do Ministério da Educação do Chile e da OEI pela bem sucedida organização desta Conferência, assim como pelo seu permanente trabalho em favor da cooperação educacional ibero-americana.

## Ficha Técnica Gênero 2007

<b>Conferência:</b>	<b>I Conferência Ibero-Americana de Gênero</b>		
<b>Secretaria Pro-Tempore : Serviço Nacional da Mulher (SERNAM) do Chile</b>			
Contato:	Pablo Varas	Website:	http://www.sernam.cl
e-mail:	pvaras@sernam.cl	Endereço:	Agustinas, 1431 Santiago, Chile
Telefone:	((56-2) 549 61 00		
Fax:	((56-2) 549 62 47		
<b>Secretaria Técnica: não há</b>			
<b>SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana</b>			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
<b>Reuniões Recentes</b>			
2007:	I Conferência, Santiago (Chile), 11-12 outubro		
2006:	-		
<b>Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais</b>			
Não há programa; existe o mandato de incluir a perspectiva de gênero em todos os programas de cooperação e atividades da SEGIB.			
<b>Menções na Declaração e/ou no Programa de Ação da XVII Cúpula</b>			
Declaração "6. Assumir o Consenso de Quito, adotado no marco da Décima Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, como Agenda Ibero-Americana da Igualdade, segundo o acordado na I Conferência Ibero-Americana de Gênero, incorporar transversalmente a dimensão de igualdade de gênero nas políticas públicas de coesão social, e institucionalizar a Reunião Setorial Anual de Ministras e Ministros Responsáveis por Questões de Gênero."			
Programa de Ação "32. Solicitar à SEGIB que, em cumprimento ao acordo número 3 do Consenso de Quito, junto com as organizações do Sistema de Nações Unidas e em estreita coordenação com os Estados membros, colabore na criação de um Observatório de Igualdade que contribua para o fortalecimento dos organismos nacionais para o progresso e a equidade de gênero, no acompanhamento e valorização das políticas de igualdade, naqueles países que o solicitem."			

## Declaração

### I Conferência Ibero-Americana de Gênero “Gênero e Coesão Social”

Santiago do Chile, 11 e 12 de Outubro de 2007

As Ministras e Altas Autoridades dos Mecanismos da Mulher da Ibero-América ou suas representantes, reunidas na “ I Conferência Ibero-Americana de Gênero: Gênero e Coesão Social”, em Santiago do Chile, nos dias 11 e 12 de outubro de 2007, destacam com satisfação a incorporação da Reunião Ministerial de Gênero na XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes/as de Estado e Governo, e declaram:

#### Consideramos que:

**1.** As decisões acordadas pelos governos dos países participantes nas IX e X Conferência Regionais sobre a Mulher da América Latina e do Caribe da CEPAL, plasmadas no Consenso do México, aprovado em junho de 2004 e no Consenso de Quito, aprovado em agosto de 2007, destacam:

Fortalecer os mecanismos nacionais para o adiantamento das mulheres, e estreitar a colaboração entre estes e os organismos regionais e internacionais, para adotar medidas que assegurem o pleno desenvolvimento e avanço das mulheres, incluídas as legislações e de ação positiva necessárias. Bem como aquelas que garantam o respeito a todos os direitos humanos das mulheres em toda a sua dimensão.

**2.** A XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes/as de Estado e de Governo está dedicada à coesão social e ao desenvolvimento de políticas sociais para alcançar sociedades mais inclusivas e eqüitativas na Ibero-América, que garantam igualdade de oportunidades a todos os seus membros, sobre a base da necessária igualdade entre homens e mulheres.

**3.** A pobreza, a exclusão social e as desigualdades que ainda subsistem no interior dos países da região constituem obstáculos que limitam o pleno desenvolvimento de nosso povos, sendo as mulheres as mais afetadas ao sofrerem múltiplas discriminações; os governos têm a responsabilidade de assumir estes desafios como condição indispensável para o fortalecimento da democracia.

**4.** A divisão sexual do trabalho se mantém como fator estrutural das desigualdades e injustiças econômicas que afetam as mulheres, reforçada pela globalização e as novas transformações sociais.

**5.** A perspectiva de gênero, incorporada ao conceito de coesão social, implica levar em conta a ativa e crescente participação das mulheres na vida econômica, social, cultural e política dos países e a correspondente conciliação entre a vida familiar e o remunerado. Também inclui a necessária participação dos homens nas responsabilidades das famílias.

As ministras e responsáveis das políticas para o avanço das mulheres dos países participantes na I Conferência Ibero-Americana de Gênero, propomos:

**6. Promover** a ratificação de todos os acordos internacionais que garantam a eliminação da discriminação das mulheres e especialmente o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher das Nações Unidas do ano 1979.

**7. Dar cumprimento** em todos os seu termo ao Consenso do México e de Quito assumidos pelos países na IX e X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe promovidas pela CEPAL, que apontam a superar as iniquidades de gênero e as discriminações que afetam às mulheres e limitam o desenvolvimento dos países.

**8. Implementar** políticas multisetoriais orientadas à coesão social que incorporem a perspectiva de gênero reconhecendo as necessidades particulares das mulheres em sua diversidade, fortalecendo os sistemas de proteção social, o bem estar das mulheres nas distintas etapas do ciclo de vida e o reconhecimento de sua contribuição para o desenvolvimento dos países.

**9. Acordar** que a Conferência Ibero-Americana de gênero fique institucionalizada anualmente como reunião prévia às futuras Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes/as de Estado e de Governo para assegurar a incorporação da perspectiva de gênero nos temas que serão abordados nas cúpulas.

**10. Assegurar** que nas agendas nacionais dos Estados da Ibero-América impulsem medidas para o cumprimento do Acorde 2. i) adotado no Consenso de Quito relativo às medidas legislativas, orçamentárias e reformas institucionais para reforçar a capacidade técnica e de incidência política dos mecanismos governamentais para o avanço das mulheres, bem com garantir que alcancem o mais alto nível hierárquico na estrutura do Estado e se fortaleça a institucionalidade de gênero em seu conjunto, a fim de que possam cumprir seus mandatos.

**11. Solicitar** à Secretaria - Geral Ibero-Americana – SEGIB que, em cumprimento ao acordo número 3 do Consenso de Quito, junto com as organizações do Sistema das Nações Unidas, que em estreita coordenação e colaboração com

os Estados membros, colaborem na criação de um observatório de igualdades que contribua ao fortalecimento dos mecanismos nacionais para o avanço da mulher e a equidade de gênero no seguimento e valoração das políticas de igualdades.

**12. Incorporar** nas agendas nacionais a revalorização do trabalho remunerado e não remunerado que realizam as mulheres, incluindo a economia do cuidado, bem como a medição do uso do tempo, para que se formule políticas públicas que assegurem a conciliação entre a vida familiar e o trabalho e fomentem a co-responsabilidade entre mulheres e homens.

**13. Fomentar** políticas ativas de empregos no marco de um sistema de proteção social que garanta a não discriminação entre mulheres e homens no momento de aceder, manter-se e retirar-se do mercado de trabalho.

**14. Priorizar** os esforços para a erradicar a violência contra as mulheres, em todas as suas dimensões, no marco do cumprimento da Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, "Convenção de Belém do Pará", para os Estados que fazem parte da Convenção, bem como a Recomendação Geral Nº19 do Comitê de Especialistas da CEDAW e a Resolução número 48/104 da Assembleia Geral das Nações.

**15. Solicitar** que os Chefes e Chefas de Estado e de Governo priorizem a participação política das mulheres e incentivem políticas públicas e iniciativas legais que favoreçam a paridade e o exercício pleno da cidadania das mulheres.

**16. Incentivar** o fortalecimento da cooperação internacional sobre bases solidárias, para promover o avanços da mulher, no marco da coesão social, incluindo a cooperação Sul-Sul.

Finalmente concluímos,

**17. Promover e incentivar** o Consenso de Quito como Agendo Ibero-Americana de Igualdades, e desenvolver estratégias política-técnicas que facilitem a aplicação dos postulados desta Declaração reforçando a institucionalidade das políticas de igualdades e equidades de gênero, situando-as como prioridades dentro das agendas dos Estados Ibero-Americanos.

Felicitemos ao governo do Chile pela iniciativa de convocar esta I Conferência Ibero-Americana de Gênero, impulsionada pela Presidenta Michelle Bachelet, e agradecemos a hospitalidade e a excelente organização.

## Ficha Técnica Infância e Adolescência 2007

<b>Conferência:</b>	<b>IX Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis por Infância e Adolescência</b>		
<b>Secretaria Pro-Tempore : Ministério do Planejamento e Serviço Nacional de Menores do Chile</b>			
Contato:	Hernán Acuña Echeverría	Endereço:	Ahumada, 48 7º piso Santiago, Chile
Cargo:	Unidade de Relações Internacionais		
e-mail:	hacuna@mideplan.cl		
Telefone:	(56 2) 675 1716 / 1754		
Fax:	(56-2) 695 2623		
<b>Secretaria Técnica: não há</b>			
<b>SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana</b>			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
<b>Reuniões Recentes</b>			
2007:	IX Conferência, Pucón (Chile), 28-29 maio		
2006:	VIII Conferência, Montevideu (Uruguai), 6-7 outubro		
<b>Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais</b>			
<b>Formação em Políticas de Infância</b> (Programa aprovado na XVII Cúpula)			
<b>Rede de Bancos de Leite Humano</b> (Programa aprovado na XVII Cúpula)			
<b>Menções na Declaração e/ou no Programa de Ação da XVII Cúpula</b>			
Programa de Ação "19. Fortalecer – tanto no marco dos compromissos do Consenso de Monterrey sobre financiamento do desenvolvimento, como no âmbito da Iniciativa contra a Fome e a Pobreza e da busca de mecanismos inovadores de financiamento – a colaboração ibero-americana, com base em propostas concretas, tais como a iniciativa regional "Para a Erradicação da Desnutrição Infantil na América Latina e no Caribe" e programas voltados para o combate à desnutrição infantil crônica, especialmente de crianças menores de cinco anos, mulheres grávidas e mães lactantes. Neste contexto, aprovamos o Programa Cúpula Rede de Bancos de Leite Humano (BLH). 26. Aprovar o lançamento de um Programa Cúpula de Cooperação Ibero-Americana que fortaleça as políticas públicas orientadas à proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes, contribuindo assim para a continuidade de sociedades mais coesas e inclusivas."			
<b>Observações</b>			
Participam desta RMS organismos internacionais como a UNICEF, a CEPAL e a OIT. Desde 2004, realiza-se um foro prévio com ONG's, cujas conclusões são apresentadas na RMS. O programa <b>Formação em Políticas de Infância</b> visa colaborar na implementação de sistemas de proteção à infância e à adolescência na Ibero-América, fazer o acompanhamento e a avaliação dos compromissos assumidos nas Conferências Ibero-Americanas de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência e o intercâmbio do aprendizado e das boas-práticas nessa área. O programa <b>Rede de Bancos de Leite Humano</b> procura apoiar a implantação de, pelo menos, um Banco de Leite Humano em cada país ibero-americano como um espaço para troca de conhecimentos e tecnologia no campo da lactância materna, com ênfase na redução da mortalidade infantil.			

### **I Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis por Infância e Adolescência** **Coesão Social: Sistemas de Proteção Social para a Igualdade de Oportunidade da Infância e da Adolescência** **28 e 29 de Maio de 2007**

As Ministras, Ministros e Altos Responsáveis por Infância e Adolescência dos países da Ibero-América, reunidos em Pucón, Chile, nos dias 28 e 29 de Maio de 2007, no quadro da IX Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis por Infância e Adolescência, sob o lema: “ Coesão Social: Sistemas de Proteção Social para a Igualdade de Oportunidades da Infância e da Adolescência”, reconhecemos a importância que apresenta a construção de sociedades coesas social e territorialmente baseadas na justiça social e na equidade para garantir os direitos das crianças e adolescentes e assegurar o desenvolvimento integral dos mesmos e suas famílias no decorrer de seu ciclo de vida:

#### **Considerando:**

- 1.** Que os Estados que formam parte da Comunidade Ibero-Americana se comprometeram com a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança, por considerar que as crianças e adolescentes são sujeitos plenos de direito.
- 2.** Que a legislação, as políticas públicas e as práticas institucionais, devem levar em consideração, sempre no quadro dos direitos das crianças e adolescentes as diversidades sociais, culturais, de gênero, étnicas, raciais ou de qualquer outra natureza, dos mesmos ou de suas famílias.
- 3.** Que sob esta marco devem ser impulsionados processos de reformas à institucionalidade, especialmente nas suas práticas, na legislação e nas políticas públicas de promoção e proteção integral dos direitos de todos as crianças e adolescentes, restituindo ao mesmo tempo os seus direitos quando vulnerados.
- 4.** Que os esforços dos Estados para priorizar a infância e adolescência, bem como para desenvolver novos Quadros Legais que ratifiquem os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, são ainda insuficientes para superar um contexto de pobreza e desigualdade, garantindo a inclusão em igualdade de oportunidades de crianças e adolescentes.
- 5.** Que as políticas públicas devem ser integradas, co-responsáveis e articuladas para produzir o impacto desejado, quando a garantir o desenvolvimento integral da população infantil e adolescente, e a sua inclusão social.

- 6.** Que as sociedades coesas representam uma condição para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, favorecendo a inclusão em igualdade de oportunidade.
- 7.** Que para a geração de sociedades coesas e inclusivas é necessário que o Estado assegure condições de igualdade de oportunidade de maneira precoce, para quebrar a transmissão geracional de dinâmica sociais de desigualdade.
- 8.** Que a imposição de leis de efeitos extraterritoriais e medidas unilaterais contrárias ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas obstaculizam o desenvolvimento econômico e social dos países afetados e, em particular, o cumprimento efetivo dos direitos de crianças e adolescentes e as políticas de coesão social focadas na infância e na adolescência.
- 9.** Que a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, como prioridade dos Estados, tem o desafio de enfrentar a pobreza e a desigualdade que atentam contra o pleno desenvolvimento da infância e adolescência.
- 10.** Que as famílias, em suas diversas formas de organização e estrutura, são uma unidade básica da sociedade que deve ser apoiada para cumprir as suas responsabilidades, garantindo os direitos e o desenvolvimento das crianças e adolescentes.
- 11.** Que os Estados Ibero-Americanos assumiram compromissos e reconhecem como prioridade o cuidado integral da saúde e a erradicação do trabalho infantil e toda forma de exploração de crianças e adolescentes.
- 12.** Que os nossos governos reconheceram que o investimento em infância e adolescência é estratégico para o desenvolvimento dos países e constitui um dever ético e social.
- 13.** Que os Estados ibero-americanos aprovaram a Agenda Ibero-Americana para a Infância e a Adolescência e o seu correspondente Plano de Ação.
- 14.** Que é uma obrigação dos Estados garantir o direito das crianças e adolescentes à participação, apoiar e promover a sua educação cidadã e considerar a sua opinião em todos os assuntos que lhes dizem respeito.
- 15.** Que a ausência de indicadores comuns e as carências nos sistemas de informação sobre a infância e o cumprimento de seus direitos dificulta a medição dos problemas, do impacto das ações e dos recursos públicos, impedindo o acompanhamento sistemático e comparável dos compromissos assumidos pelos países.



## Acordamos e comprometemo-nos a:

**1. Reafirmar**, como princípios estruturantes dos sistemas de proteção de direito, o “Interesse Superior da Criança” como organizador de todas as decisões, e a “Autonomia Progressiva da Criança” como eixo das ações a desenvolver em matéria de infância e adolescência.

**2. Trabalhar** em conjunto para a obtenção de sociedades inclusivas, integradas e igualitárias, a partir das diversas realidades dos países que conformam a Comunidade Ibero-Americana, que protejam e garantam os direitos das crianças e adolescente, sem discriminação de natureza alguma.

**3. Dar cumprimento** aos compromissos assumidos pelos nossos Estados, estabelecendo na Agenda Ibero-Americana para a Infância e a Adolescência e o seu correspondente Plano de Ação, assim como os conteúdos das próximas Conferências Ibero- Americanas de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis por Infância e Adolescência, na Declaração do Milênio, Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas e na Declaração e no Plano de Ação que constam em “Um Mundo Apropriado para a Criança”.

**4. Estabelecer** um sistema de acompanhamento dos compromissos assumidos nas conferências ibero-americanas, diretamente ou através do desenho de um programa de cooperação técnica que permita a troca de experiência na criação, implementação ou fortalecimento de sistemas integrais de proteção de direitos e criar uma comissão para esta finalidade.

**5. Priorizar** a infância e a adolescência como sujeitos ativos das políticas públicas, melhorando os mecanismos de inclusão social tais como o fomento da equidade e o reconhecimento dos seus direitos humanos, erradicando a discriminação, bem como toda forma de exclusão e marginalização social, étnica, religiosa, cultural, de gênero e territorial.

**6. Formular** políticas de proteção integral que fortaleçam a coesão, assegurando às crianças e adolescentes o acesso pleno e universal a um sistema integrado de prestações e serviços em todos os patamares de intervenção que forem necessários, garantindo o seu direito a um desenvolvimento pleno.

**7. Fortalecer** os esforços dos Estados para avançar na implementação de sistemas de proteção para a infância e adolescência, que assegurem serviço de atendimento e de exigibilidade dos direitos no âmbito judicial e administrativo.

**8. Promover**, impulsionar e fortalecer a implementação de sistemas de proteção integral, sustentados na promoção da construção da cidadania a nível regional e local, como parte de uma progressiva descentralização, visando facilitar o acesso de crianças e adolescentes aos diversos serviços oferecidos para seu desenvolvimento em seu meio territorial mais próxima, procurando a adequação deste serviço conforme as particularidades de cada território.

**9. Impulsionar** políticas públicas orientadas para o fortalecimento familiar, reconhecendo a família, nas suas diversas formas de organização e estrutura, como espaço fundamental para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, e eixo articulador de programas, ações e estratégias que promovam suportes para fortalecer o seu papel protetor.

**10. Ampliar e aprofundar** o relacionamento entre os países na procura de acordos globais, regionais e /ou bilaterais, promovendo a troca de experiências de sucesso, com enfoque nos direitos, entre os nossos governos e instituições, a fim de contribuir para melhorar as condições de vida das crianças e adolescentes.

**11. Reforçar** os processos de revisão e transformação das práticas institucionais, ajustando as mesmas aos modelos de desenvolvimento integral.

**12. Alocar** o investimento social que seja necessário para cumprir as obrigações e compromissos assumidos pelos nossos países a favor das crianças e adolescentes, garantindo a sua eficiência, e medindo os seus impactos na proteção integral dos seus direitos.

**13. Fomentar**, reconhecer e garantir a participação de crianças e adolescentes apoiando o estabelecimento de instâncias e mecanismos em que os mesmo possam exprimir as suas opiniões sobre todos os assuntos que lhes digam respeito.

**14. Incentivar** a participação da sociedade civil nos sistemas de proteção de direitos e no desenho, execução e avaliação dos compromissos assumidos nas Conferências Ibero-Americanas de Infância e Adolescência.



## **Agradecemos:**

Ao Fórum de ONG´s e ao Fórum da Infância pelas suas valiosas contribuições para esta Conferência e o seu constante compromisso com as crianças e adolescentes da Ibero-América.

Ao Governo de El Salvador pela sua disponibilidade para ser a sede da X Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis por Infância e Adolescência.

Ao Ministério do Planejamento, ao Serviço Nacional de Menores e ao Ministério das Relações Exteriores do Chile, pela organização desta Conferência e pelo acolhimento e hospitalidade calorosa com que nos brindaram.

## Ficha Técnica Meio Ambiente 2007

<b>Conferência:</b>	<b>VII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente</b>		
<b>Secretaria Pro-Tempore : Comissão Nacional do Meio Ambiente do Chile</b>			
Contato:	Álvaro Sapag Rajevic	Endereço:	Teatinos, 254 Santiago, Chile
Cargo:	Chefe do Departamento de Relações Internacionais		
e-mail:	asapag@conama.cl		
Fax:	(56-2) 240 5748 / 5788		
<b>Secretaria País Sede: Ministério do Ambiente e Recursos Naturais de El Salvador</b>			
Contato:	Rina Castellanos de Jarquín	Endereço:	Km. 5,5 Carretera Santa Tecla Colonia Las Mercedes Ed. MARN - Anexo al Ed. ISTA nº 2 São Salvador, El Salvador
Cargo:	Diretora-Geral de Cooperação e Assuntos Internacionais Am- bientais		
e-mail:	jarquinr@marn.gob.sv		
<b>Secretaria Técnica: não há</b>			
<b>SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana</b>			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, España
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
<b>Reuniões Recentes</b>			
2007:	VII Fórum, São Salvador (El Salvador), 11-13 junho		
2006:	VI Fórum, Buenos Aires (Argentina), 20-22 setembro		
<b>Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais</b>			
<b>Formação em gestão de Recursos Hídricos</b> (Iniciativa aprobada en la XVII Cumbre)			
<b>Redes Ibero-Americanas de:</b> Diretores-Gerais de Água			
	Responsáveis em matéria de Qualidade Ambiental		
	Escritórios de Mudança Climática		
	Diretores-Gerais de Patrimônio Natural e da Biodiversidade		

## Menções na Declaração e/ou no Programa de Ação da XVII Cúpula

### Declaração

“20. Identificar, nos países da região, com base no princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, as áreas e setores mais vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima, a fim de promover estratégias de adaptação e de mitigação, e favorecer a cooperação e coordenação ibero-americanas para atender as emergências e contingências derivadas dos desastres naturais.

21. Envolver todos os agentes da sociedade nos programas de economia e uso eficiente de energia, nos programas de conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais, na gestão de resíduos e nos desafios que apresentam a mudança do clima e sua vinculação com os desastres naturais e os problemas meio-ambientais, particularmente através de programas educativos, a fim de fortalecer a coesão social e favorecer o desenvolvimento econômico e social.”

### Programa de Ação

“13. Avançar em programas de economia e eficiência energéticas, e de desenvolvimento de novas fontes de energia, com especial ênfase nas políticas de adaptação à mudança do clima, considerando a vulnerabilidade dos países ibero-americanos a essa mudança e tendo em conta o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

14. Encomendar à SEGIB que convoque, proximamente, uma reunião de peritos nacionais, para que avaliem a possibilidade de estabelecer um dispositivo simplificado ibero-americano de atendimento às emergências e contingências decorrentes de desastres naturais, haja vista a vulnerabilidade desses países, em função da mudança do clima.

15. Impulsionar a organização de voluntários que contribuam para desenvolver políticas sociais participativas e para mitigar os danos produzidos pelos desastres naturais, tendo em mente, como uma das ferramentas para sua conformação, a rede regional de voluntariado humanitário desenvolvida pela Iniciativa Capacetes Brancos no hemisfério.

16. Aprovar a iniciativa de cooperação ibero-americana para a formação e transferência tecnológica em matéria de gestão integral dos recursos hídricos, que conta com o apoio dos Diretores Ibero-Americanos da Água e considerando os resultados do relatório encarregado à SEGIB sobre esta temática.

17. Conferir especial consideração à implementação de estratégias que se orientem a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais e instruir as instâncias pertinentes a alcançarem um acordo sobre o Regime Internacional de Acesso aos Recursos Genéticos e Distribuição de Benefícios, atualmente em negociação no marco do Convênio sobre Diversidade Biológica, afirmando a vontade de progredir, decididamente, nas políticas de gestão sustentável de resíduos.

18. Convidar os governos locais (municípios) a incorporarem-se na formulação e desenvolvimento da agenda ambiental local que, com a participação dos cidadãos, cidadãs e agentes relevantes da comunidade, defina e leve a cabo ações para o desenvolvimento sustentável no âmbito local.”

### Observações

Os objetivos da Iniciativa Formação em Gestão de Recursos Hídricos são a formação, capacitação e transferência tecnológica em matéria de gestão de recursos hídricos, com especial ênfase no que se refere ao abastecimento de água e ao acesso ao saneamento da população mais vulnerável da Ibero-América.

### VII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente San Salvador, El Salvador 11 a 13 de junho de 2007

Os Ministros do Meio Ambiente Ibero-Americano, reunidos na cidade de San Salvador, El Salvador, de 11 a 13 de junho de 2007.

#### **Consideramos:**

A importância de continuar estreitando os laços de cooperação e integração para atingir o desenvolvimento sustentável e erradicar a pobreza e a fome na região Ibero-Americana.

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e os compromissos adotados na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, de Joanesburgo, em 2002

Os postulados da Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável.

As conclusões do VI Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente, realizado em Buenos Aires, Argentina, de 20 a 22 de setembro de 2006.

Os resultados dos encontros Ibero-Americanos, que proporcionam aportes substantivos para este Foro.

A necessidade de continuar realizando esforços para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, assim como o fortalecimento das capacidades nacionais e a participação pública, o que requer maiores fluxos de cooperação internacional.

A vontade de apoiar as iniciativas nacionais e internacionais, para reforçar as instituições e capacidades necessárias para o adequado planejamento e gestão dos recursos hídricos, para o que se necessita a provisão e o aumento de recursos financeiros.

A importância de reduzir os impactos no meio ambiente, avançando no fortalecimento da gestão de substâncias químicas, materiais perigosos e de resíduos, assim como no fortalecimento de capacidades nacionais e da cooperação internacional para contribuir ao cumprimento dos compromissos contidos nas convenções internacionais relativos a estes temas.

A relevância de adotar medidas em escala regional que contribuam para melhorar a análise e a redução da vulnerabilidade dos nossos países, e dos impactos adversos da mudança climática, e identificar opções de adaptação e mitigação, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, para contribuir para a redução de seus efeitos e gerar

oportunidades de desenvolvimento sustentável.

A necessidade de conservar nossa diversidade biológica, promover a utilização sustentável de seus componentes e garantir a participação justa e eqüitativa nos benefícios advindos da utilização dos recursos genéticos, de conformidade como os acordos alcançados durante a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, e no contexto da Convenção sobre Diversidade Biológica, em particular os esforços para reduzir a perda da diversidade biológica e para negociar um regime internacional vinculante sobre acesso e distribuição de benefício antes do fim de 2010.

O crescente conteúdo e a transcendência sócia-econômica do meio ambiente, e as implicações da globalização têm resultado em um aumento das responsabilidades e dos desafios que devem ser enfrentados pela agenda multilateral, requerendo uma resposta adequada no processo de reforma do Sistema das Nações Unidas.

Que a XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo versará sobre “Coesão social e políticas sociais para alcançar sociedades mais inclusivas na Ibero-América”, objetivo que requer a participação e inclusão de todos os membros da sociedade na elaboração de políticas em matérias econômicas, sociais e ambientais, elementos essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável em um ambiente de eqüidade e justiça social.

### **Acordam:**

#### **Em matéria de recursos hídricos:**

Acolher com satisfação a decisão da XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de encomenda à SEGIB a elaboração de um projeto de cooperação destinados a criar um Fundo Ibero-Americano para o Acesso à Água Potável e promover o apoio dos países ao referido Fundo com o objetivo de avançar na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e da luta contra a fome e a pobreza. Com relação a isto, promover como órgão consultivo do referido Fundo a Conferência de Diretores Gerais Ibero-Americanos da Água.

Reunir esforços para renovar a Componente Latino-Americana da Iniciativa Européia para a Água (EUWI-LA), propondo que Espanha e Portugal, em nome deste Foro, solicitem à Comissão Européia que designe um responsável político com poder decisório e que seja criado um fundo específico para este fim.

Considerar e reconhecer os apostes da Conferência de Diretores Gerais Ibero-Americanos da Água, realizada em Antigua Guatemala, Guatemala, de 18 a 20 de abril de 2007, com relação a:

**1. Encomendar** à Secretaria Permanente da Conferência de Diretores Gerais Ibero-Americanos da Água que, com o apoio do Conselho Assessor, liderado no momento por Uruguai, elabore um Programa de Formação, com o objetivo responder as necessidades dos países da região em matéria de capacitação e intercâmbio de experiências para o planejamento e a gestão integrada de bacias e recursos hídricos.

**2. Encomendar** à Conferência de Diretores Gerais Ibero-Americanos da Água a elaboração de um informe no qual, por meio de mecanismo de participação pública, sejam identificados os recursos humanos e financeiros necessários para alcançar as metas e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio nesta matéria.

**3. Identificar** mecanismos entre os respectivos organismos nacionais competentes para intercambiar informação e experiências, avaliar os instrumentos para a gestão integrada de bacias e de recursos hídricos transfronteiriços, considerando o ordenamento jurídico de cada Estado e, conforme seja o caso, estabelecer meios de cooperação.

Finalmente, reunir esforço para alcançar a gestão integrada dos recursos hídricos e o fortalecimento institucional e as instâncias de participação dos diferentes atores, que permitam o desenho e a adoção de políticas públicas, marcos regulatórias, mobilização de recursos e sinergias entre os diversos atores, com a finalidade de melhorar a disponibilidade de recursos hídricos, em quantidade e qualidade apropriadas, e a prestação de serviços estratégicos com relação aos usos da água, tais como: água potável, agricultura, saúde, energia, ecossistemas, entre outros; assim como saneamento.

#### **Em matéria de qualidade ambiental:**

Considerando os acordos da Reunião da Rede Ibero-Americana de Responsáveis em Matéria de Qualidade Ambiental (RIRCA), realizada em Quito, Equador, nos dias 6 e 7 de maio de 2007.

Considerando que o objetivo principal da RIRCA é o mencionado no item 1.a da Declaração Bueno Aires do VI Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente, que diz que “será o intercâmbio de experiências e informações entre todos os seus membros em matéria de resíduos, solos contaminados e/ou degradação, poluição atmosférica, ruído, substâncias e produtos químicos, e avaliação de impacto ambiental”.

**1. Encomendar** à RIRCA o início do processo de elaboração das normas operativas para o funcionamento e o trabalho futuro da RIRCA, assim como a preparação do seu Plano de Trabalho. Os avanços nestas matérias serão obtidos com base em mecanismos de consenso, empregando como modalidades operativa, quando for possível, as reuniões não presenciais, por exemplo, via Internet. A aprovação das normas será tema da agenda da próxima reunião da RIRCA.



**2. Aprofundar** o debate realizado sobre o princípio de responsabilidade do produtor, levando em considerações as diferenças existentes nas realidades ibero-americanas, com a finalidade de adaptar a sua aplicação de acordo com as condições de cada país.

**3. Congratular-se** pelo início do processo de preparação da proposta de Plano de Ação Regional sobre Resíduos e Sítios Contaminados, em cumprimento ao item 1.c da Declaração de Buenos Aires. Tendo em vista a heterogeneidade da realidade ibero-americana em matéria de resíduos, concordar com a necessidade de aprofundar o debate realizado na I Reunião, assinalando a conveniência de que a proposta final inclua, entre outros, os seguintes temas:

a. Aumento e estímulo do intercâmbio de experiência e informações em matéria de gestão de sítios contaminados.

b. Melhoria dos níveis de coordenação em gestão de resíduos, utilizando as instâncias exigentes. Neste sentido, convidar-se-á o coordenador da Rede Virtual de Responsáveis Governamentais de Gestão de Resíduos, com a finalidade de que apresente o estado atual e os avanços realizado, com o objetivo de promover uma integração funcional com a RIRCA e de fortalecer o uso da Rede Virtual.

c. Início do levantamento da situação regional dos resíduos, aplicando o procedimento estabelecido no documento "Acordos da Primeira Reunião da Rede Ibero-Americana de Responsáveis em Matéria de Qualidade Ambiental".

**4. Designar** o Equador, pelo período 2007-2008, como país coordenador do cumprimento do acordo 2.a da Declaração de Buenos Aires do VI Foro de Ministros do Meio Ambiente, sem prejuízo de outras instâncias de coordenação nos níveis regional e sub regional que existam. Em razão desta designação, Equador realizará consultas regulares sobre convenções e foros internacionais de substâncias químicas, de forma específica com relação ao processo SAICM e às Convenções de Roterdã, Estocolmo e Basileia.

**5. Solicitar** a Espanha que atue como facilitadora da RIRCA, com a colaboração do país sede do encontro anual da mesma.

**6. Solicitar** à Rede Ibero-Americana de Responsáveis de Qualidade Ambiental o apoio à busca de ferramentas para fortalecer a gestão integral das substâncias químicas sob o processo SAICM, com a colaboração dos Centro de Transferên-

cia de Tecnologia disponíveis na região, para criar a capacidade que possibilite aos países da região a implementação plena do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Substâncias Químicas.

### **En matéria de mudança climática:**

**1. Reiterar** que a mudança climática contribui para o agravamento das condições de pobreza em que vive quase 40% da população da América Latina e do Caribe, preocupa o crescimento das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esta realidade torna imperativa a busca de iniciativas que contribuam com a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável na região, por meio do desenho e da implementação de estratégias de adaptação e mitigação de mudança climática.

**2. Expressas** nossa satisfação pela convocatória anunciada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para uma reunião extraordinária de alto nível, com a finalidade de abordar matérias relativas à mudança climática.

**3. Reiterar** nosso compromisso de participar nos esforços atuais de fortalecer o regime estabelecido pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e seu protocolo de Quioto, com a finalidade de contribuir para garantir uma resposta global e oportuna, à luz da informação fornecida pelo Painel Inter-Governamental sobre Mudança Climática (IPCC) em seu quarto relatório de avaliação (AR4), e sobre a base dos princípios que regem a CQNUMC .

**4. Reafirma** nossa vontade de esforçar a CQNUMC, considerando como elementos especialmente relevantes para os países ibero-americanos a diminuição da vulnerabilidade, por meio de medidas de adaptação, assim como diminuição da concentração de GEE, por meio da redução das emissões desses gases, especialmente nos países desenvolvidos, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e o aumento da captura e armazenamento desse gases nas florestas, e os programas de reflorestamento. Entre as diferentes áreas a considerar, torna-se necessária a descarbonização das economias, o desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas para a mitigação e a adaptação, incluídas as relativas a energias renováveis e à eficiência energética, e o resgate e valorização do conhecimento local no âmbito do desenvolvimento sustentável, aperfeiçoando os mecanismos de flexibilidade atualmente vigentes.

**5. Receber** como agrado os efeitos benéficos que o Protocolo de Montreal tem tido na redução de gases de efeito estufa, no quadro do Protocolo de Quioto, assim como as propostas para acelerar os períodos de redução de uso e produção de HCFC no quadro do Protocolo de Montreal, o que vai contribuir de forma

benéfica para a mitigação da mudança climática, e cujo Fundo Multilateral é exemplo eficaz para enfrentar a adaptação e a mitigação.

**6. Reiterar** nossa preocupação pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa no período de 1990-2005, em especial em um número considerável de países com compromissos de redução de GEE.

**7. Considerando** os princípios da Declaração do Rio de Janeiro de 1992 e tendo em conta as potencialidades da redução dos níveis de desmatamento de contribuir para os esforços globais em matéria de mudança climática, promover a incorporação, no contexto das negociações sobre o futuro do regime climático, de mecanismos de compensação pelo desmatamento evitado nos países em desenvolvimento, considerando, entre outros, as prioridades nacionais sobre o uso da terra, particularmente na próxima XIII Reunião das Partes da CQNUMC.

#### **8. No contexto do Plano Ibero- Americano de Adaptação à Mudança Climática (PIACC):**

- **Reafirmar** a necessidade de fortalecer os sistemas nacionais de observação do clima, no quadro das estratégias e medidas de adaptação, com a finalidade de melhorar as projeções futuras que sustentam as avaliações de impactos e vulnerabilidade à mudança climática;
- **Expressar** satisfação pela excelente acolhida do Programa Ibero-Americano de Adaptação à Mudança Climática nos diversos foros internacionais, incluída a CQNUMC. Manter as prioridades assinaladas no Plano Ibero-Americano de Adaptação à Mudança Climática, destacando a importância de aprofundar a cooperação entre a RIOCC e as Redes de Diretores Gerais de Água e de Serviços Meteorológicos a Rede de Diretores de Biodiversidade e a Rede Ibero – Americana de Serviços de Proteção Civil, no quadro de políticas integradas de desenvolvimento.
- **Decidir** incorporar ao programa de trabalho a análise e a redução da vulnerabilidade, e os impactos da mudança climática nas áreas marinhas e marinho-costeiras e assentamentos humanos em fase da mudança climática; para tanto, solicitar à RIOCC o desenho de um programa de trabalho, cujo objetivo principal seja a avaliação da vulnerabilidade das áreas marinho-costeiras em fase da mudança climática, incluindo a análise e a avaliação dos efeitos adversos na dinâmica de praias, estuários, lagos, deltas, penhascos e regiões das dunas; a erosão costeira; os riscos de inundação e os efeitos sobre a funcionalidade e a estabilidade das infra-estruturas costeiras, especialmente nos países ibero-americanos insulares em desenvolvimento.

## 9. Em relação à promoção de um desenvolvimento menos intensivo em carbono:

- **Tomar** nota das conclusões do IPCC com relação à existência de um potencial econômico eficiente levando em conta a relação custo-benefício da mitigação de emissões de gases de efeito estufa em todos os setores nas décadas futuras.
- **Expressar** nossa satisfação pela iniciativa de estabelecimento do Fundo Espanha-PNUD para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, reconhecendo expressamente o estreito vínculo entre mudança climática e limitações ao desenvolvimento, o qual deverá se tomar efeito em todos os países, de acordo com o propósito para o qual foi criado.
- **Destacar** a necessidade de que a referida iniciativa possa apoiar-se nos processo e resultados nacionais no tema, de forma particular nas iniciativas de adaptação à mudança climática já desenvolvidas pelos países no quadro de seus programas nacionais. É importante notar que, através das iniciativas apoiadas pelo Fundo, poderiam ser identificados e promovidos projetos replicáveis de impacto regional e sub-regional, por consenso no âmbito da RIOCC, conseqüentes com os objetivos do PIACC.
- **Expressar** nosso interesse em que esse Fundo ofereça oportunidades para o fortalecimento da capacidade de negociação dos países da região nos foros internacionais.

**10. Acolher** com grado a realização do Foro do Clima Latino, organizado pela Comunidade Andina de Nações e as municipalidades de Quito e Guayaquil, Equador, que reunirá atores relevantes para a análise e o intercâmbio de experiências sobre os desafios e oportunidades trazidas pela mudança climática.

**11. Instar** aos países a incorporação dos aspectos relacionados com os efeitos da mudança climática, de forma particular com a vulnerabilidade, impactos e adaptação e mitigação, nas políticas de desenvolvimento; incluindo aquelas vinculadas com as formas sustentáveis de produção e o uso eficiente de energia.

**12. Solicitar** à Rede Ibero-Americana de Escritórios de Mudança do Clima a recompilação sistemática dos estudos e avaliações nacionais e regionais de vulnerabilidade e adaptação à mudança climática, para sua consideração e difusão, o que permitirá aos países da região melhorar sua capacidade para a tomada de decisões neste tema.

## Em matéria de diversidade biológica:

**1. Solicitar** aos países empregar todos os esforços e vontade política que permitam ter, para o ano de 2010, um regime internacional sobre Acesso a Recursos Genéticos e Distribuição dos Benefícios (ARGRB), tal como foi aprovado na COP8, e considerando como um dos principais componentes do referido regime os certificados de origem internacionalmente reconhecidos de cumprimentos das regras nacionais de acesso, para garantir a procedência legal dos recursos genéticos.

**2. Solicitas** à Rede Ibero-Americana de Diretores Gerais de Patrimônio Natural e Biodiversidade a incorporação em sua agenda de trabalho, para a próxima reunião, das seguintes atividades:

**a) Intercambiar** pontos de vista e experiências na aplicação de certificados de origem internacionalmente reconhecidos de cumprimento das regras nacionais de acesso; nessa ocasião, Peru apresentará os resultados da Reunião de Peritos, realizada em janeiro de 2007, na cidade de Lima, Peru, no quadro da CDB.

**b) Propor** mecanismos que permitam promover a cooperação da Rede com outras iniciativas equivalentes nos níveis global e regional em matéria de patrimônio natural e biodiversidade.

**c) Intercambiar** experiências e informações sobre:

I. Iniciativas de setores não estatais, tais como o setor empresarial, comunidades organizadas (rurais, indígenas, afro-descendentes etc.), cooperativas e instituições de educação, entre outros, cujo papel é importante na conservação da biodiversidade e seu aproveitamento sustentável.

II. Estabelecimento e gestão de áreas naturais marinhas, com vista a alcançar as metas estabelecidas no Programa de Trabalho de Áreas protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica; sobre o tema, se realizará a Reunião de Peritos no quadro da CDB sobre critérios ecológicos e sistemas de classificação biogeográfica, que será realizada no Arquipélago dos Açores, Portugal, de 2 a 4 de outubro de 2007.

**d) Identificar** e intercambia experiências sobre indicadores nacionais e regionais de uso sustentável dos recursos biológicos.

**3. Avançar** no conhecimento do meios marinho em alto-mar que permita iniciar a identificação de áreas e ecossistemas que necessitam proteção, Nesse sentido, recomendar a continuação das negociações no âmbito da ONU.

**4. Destacar** nossa compromisso de implementar os Programas de Trabalho da Convenção sobre Diversidade Biológica, em particular os de Áreas Protegidas e de Diversidades Biológicas Florestal.

**5. Fortalecer as** capacidades regionais para controlar a introdução de espécies exóticas invasoras e para mitigar os efeitos que produzem sobre a biodiversidade, por meio da promoção de ações coordenadas para prevenir, controlar e reduzir a introdução ou expansão de espécies exóticas invasoras, incluindo o estabelecimento de sistemas regionais de informação e intercâmbio de experiência sobre análise de risco.

**6. Iniciar** uma avaliação sobre o cumprimento das metas previstas para o ano 2010 no marco da Convenção sobre Diversidade Biológica e, sobre esta base, concordar as prioridades para a região.

**7. Reconhecendo** o impacto dos efeitos da mudança climática sobre a biodiversidade e sua influência na economia e na segurança alimentar, nas populações das zonas marinho-costeiras, deve-se impulsionar o início de análise de medidas que permitam a adaptação desta população a esses efeitos e as medidas de mitigação respectivas.

#### **Em matéria de governança ambiental internacional:**

**1. Expressar** que o aumento da complexidade e da degradação ambiental torna necessário o desenho e a implementação de políticas ambientais em todos s âmbitos, em conexão com o contexto do desenvolvimento sustentável.

**2. Compartilhar** a preocupação pela dispersão institucional no âmbito internacional dos temas ambientais e reconhecer a necessidade de fortalecer as capacidades do PNUMA para enfrentar os objetivos ambientais globais.

**3. Considerar** que, no quadro do processo de reforma no Sistema das Nações Unidas, se aprofunde o debate sobre a governança ambiental internacional.

## Em matéria de coesão social e política sociais para alcançar sociedades mais inclusivas em ibero-américa:

- 1. Reiterar** o acordado na Declaração de Bueno Aires, no sentido de que a degradação ambiental tem graves conseqüência sociais e econômicas na região, afetando a vida e os direitos de nossos povos . Este fato torna necessário elaborar e implementar políticas e instrumentos capazes de reafirmar o sentido de pertencimento dos cidadãos que permitam avançar para a realização plena de seus direitos e deveres em matéria ambiental, o que contribuirá a alcançar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e a busca da equidade, inclusão e justiça social como elementos essenciais do desenvolvimento sustentável.
- 2.** O acima exposto implica, entre outros, o fortalecimento da gestão ambiental, o fomento da educação ambiental e a implementação efetiva ou criação, conforme o caso, de instancias ou instrumentos para a participação dos diferentes atores sociais.

### Outras questões:

- 1. Manter** a promoção de sinergias entre este Foro Ibero-Americano com outras iniciativas dos países latino-americanos, tanto em escala regional como também sub-regional, com o Foro de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe e com os Conselhos de Ministros das sub-regiões ibero-americanas.
- 2. Reiterar** que a celebração da V Cúpula América latina -União Européia, que se realizará em Lima, Peru, em maio de 2008, e da XIII Conferência das Partes da CQNUMC, a ser realizada em Bali, Indonésia, em dezembro de 2007, oferecem uma oportunidade para consolidar e ampliar o dialogo político e a cooperação regional em matéria ambiental.
- 3. Receber** um relato da 59ª Reunião Anual da comissão internacional das Baleias, realizado pela delegação da Costa Rica, e instar ao grupo latino-americano para que leve em consideração a iniciativa para a criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul, no contexto da Comissão Internacional das Baleias.
- 4. Solicitar** aos países sua participação, assim com a difusão, do IV Congresso Mundial da UICN, a ser realizado em Barcelona, Espanha, em outubro de 2008.

**5. Receber** com agrado a estratégia de funcionamento da CATHALAC como Centro Ibero-Americano de Análise de Problemas Ambientais Emergentes e Mudança Climática para a Região Mesoamérica e o Caribe, agradecer aos governos da Espanha e do Panamá pela apoio financeiro para iniciar suas operações e instar o PNUMA e a CCAO a participarem ativamente nesse esforço.

**6. Expressar** satisfação pela criação e apoiar a Aliança pela Água para a América Central, uma iniciativa da sociedade civil e da Administração Pública espanhola, com a participação dos governos centro-americanos e da CCAD.

**7. Continuar** realizando esforços em nossos países para fortalecer a educação ambiental em suas expressões formais, não formais e informais. Nesse sentido, solicitar à Rede de Formação Ambiental da América Latina e Caribe, coordenada pelo PNUMA, que recompile os resultados alcançados na região e contribua para a preparação deste tema, para que seja abordado no próximo Foro Ibero-Americano.


**8. Reconhecer** o permanente apoio do Escritório Regional para América Latina e do Caribe do PNUMA ao Foro Ibero-Americano e às iniciativas regionais, e sua ativa colaboração para a realização deste Foro.

**9. Agradecer e aceitar** o oferecimento do Paraguai para acolher o VIII Foro de Ministros do Meio Ambiente, em 2008 acordado na Declaração de San Salvador, 11 a 13 de junho de 2007.

**10.** Tendo em vista a XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado, que será realizada na República do Chile, com o tema “Coesão Social e Políticas Sociais para Alcançar Sociedades mais inclusivas na ibero-américa”, os Ministros de Meio Ambiente dos países ibero-americanos elevam para sua consideração e posterior inclusão da Declaração da Cúpula o seguinte:

*“ A temática ambiental tem um componente ético que torna indispensável a formulação de políticas públicas adequadas e, nesse sentido, faz-se inadiável assegurar a sustentabilidade e a compatibilidade dos distintos usos da água, sob o princípio da gestão integrada de bacias, garantindo a proteção das fontes. Os países ibero-americanos entendem que, dada sua vulnerabilidade à mudança do clima, deve-se dar ênfase especial às políticas de adaptação e avançar em programas de economia, de eficiência energética e energias renováveis, com o objetivo de reduzir a demanda energética associada ao crescimento econômica. Especial consideração deve ser dada à implementação de estratégias que se orientem à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais, e ao alcance de um acordo sobre acesso a recursos genéticos e distribuição de benefícios. Final-*





*mente, ressaltamos nossa vontade de avançar decididamente em políticas de gestão sustentável de resíduos”.*

**11. Agradecer** ao Governo de El Salvador e ao seu Ministério do meio Ambiente e Recursos Naturais pela hospitalidade e também pela excelente organização deste Foro.

## Ficha Técnica Presidência e Equivalentes 2007

<b>Conferência:</b>	<b>XI Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes - RIMPE</b>		
<b>Secretaria Pro-Tempore : Secretaria-Geral da Presidência do Chile</b>			
Contacto:	Alejandra Sepúlveda	Endereço:	Agustinas, 1291 , 5º piso Santiago , Chile
Cargo:	Diretora-Executiva do Programa de Reforma e Modernização do Estado		
e-mail:	masepulveda@minsejpres.gov.cl		
Telefone:	((56-2) 694 5808 / 5807		
Fax:	(56-2) 694 5965		
<b>Secretaria País Sede: Ministério da Presidência da Costa Rica</b>			
Contacto:	Susana González	Endereço:	Casa Presidencial Zapote São José, Costa Rica
Cargo:	Chefe do Gabinete do Vice-Ministro		
e-mail:	sgonzalez@casapres.go.cr		
<b>Secretaria Técnica: não há</b>			
<b>SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana</b>			
Contacto:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
<b>Reuniões Recentes</b>			
2007:	XI Reunião, São José (Costa Rica), 30-31 agosto		
2006:	X Reunião, Cartagena das Índias (Colômbia), 12-13 outubro		
<b>Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Secretaria para a Cooperação</b>			
<b>IBERGOP Programa Ibero-Americano de Governo e Políticas Públicas</b>			
<b>Menções na Declaração e/ou no Programa de Ação da XVII Cúpula</b>			
Programa de Ação "28. Encomendar à Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) coadjuvar na otimização dos sistemas nacionais de avaliação da qualidade e impacto das políticas públicas, bem como fortalecer a coordenação da institucionalidade social dos nossos países."			
<b>Observações</b>			
Esta RSM funciona de acordo com um mecanismo de graduação em rede (RIMPE) desenhado <i>ad hoc</i> : a RIMPE I corresponde ao nível ministerial; a RIMPE II ao nível de vice-ministros e a RIMPE III ao técnico.			

## Declaração

### XI Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE)

São Rafael de Heredia, 29 a 31 de agosto de 2007

Os participantes na XI Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE), convocados pelo Ministério da Presidência da República da Costa Rica, na província de Heredia, nos dias 29 a 31 de agosto de 2007. Com a representação da Secretária-Geral Ibero-Americana, órgão permanente de apoio à Conferência Ibero-Americana e de coordenação e seguimento das reuniões ministeriais setoriais, entre estas a RIMPE, mediante a presença do Secretário-Geral, Sr. Enrique V. Iglesias e do Secretário para a Cooperação, Sr. Miguel Hakim. Com a intenção de dar continuidade e impulso a nossa plataforma de cooperação; tendo analisado e debatido, como tema principal da Reunião, o “Sistema de Avaliação das Políticas Públicas para uma Maior Coesão Social”, a esse respeito,

#### Consideramos:

**Primeiro:** A construção de sociedades coesionadas, isto é, integradas por pessoas com acesso pleno a todos os direitos fundamentais. Entre os que se destacam a inclusão, justiça social, solidariedade, participação, equidade, não discriminação. Este é um desafio vital para os países da Ibero-América, tendo em conta os altos níveis atuais de pobreza, exclusão e desigualdade social na região.

**Segundo:** Os Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América, estamos consciente da magnitude e urgência deste desafio, compreendendo que apesar das consideráveis conquistas em matéria de desenvolvimento humano nas últimas décadas, devemos construir sociedades mais coesionadas como um objetivo central das políticas públicas.

**Terceiro:** As políticas sociais são as respostas coletiva por excelência aos desafios de coesão social, e como tais devem ser sempre eficientes, eficazes e sustentáveis.

**Quarto:** É necessário introduzir sistemas de avaliação integrados, que considerem tanto o processo como os resultados dos programas sociais, nos seus aspectos operativos e estratégicos. Um sistema robusto de avaliação contribui para informar oportunamente tanto a tomada de decisões públicas, como legítimas as políticas sociais ante a cidadania.

**Quinto:** É urgente melhorar a coordenação das políticas sociais na Ibero-América. Para isso, é importante que cada país fortaleça as instituições sociais e os sistemas de seguimento de suas políticas, compromissos e programas sociais.

Com respeito ao restante das questões ordinárias do funcionamento de nos Rede,

### **Consideramos:**

**Primeiro:** Que o Memorando de Entendimento, é um instrumento apto para imprimir eficácia, continuidade e impulso a nossa plataforma de cooperação e solicitamos seu conhecimento e aplicação por parte das autoridades e funcionários responsáveis da gestão da RIMPE em nossos respectivos Ministérios e Equivalentes.

**Segundo:** Que o Programa Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP) é um mecanismo idôneo para capacitação, formação especialização e pesquisa, no rol das pessoas que desempenham funções de apoio direto aos Chefes de Governo.

Em virtude de tudo o visto anteriormente,

### **Adotamos os seguintes acordos:**

**1.Solicitar** à Secretaria-Geral Ibero-Americana que faça chegar à próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se nos dias 8, 9 e 19 de novembro de 2007 em Santiago do Chile, a seguinte proposta de acordo:

*Estimam necessário criar sistemas integrados de avaliação das políticas de coesão social, que incorporem tanto o controle de gestão como a avaliação de impacto das mesmas. Nesse sentido, é necessário avançar em direção à criação de sistemas de avaliação de qualidade das políticas públicas, bem como fortalecer a coordenação das instituições sociais dos países.*

**2. Reafirmar** nosso compromisso com o Programa Escola Ibero-Americana de Governos e Políticas Públicas (IBERGOP), cujo conteúdo está incorporado nas Bases de Funcionamento, e encomendamos elaborar seu programa acadêmico 2007-2008 em torno ao tema: Sistemas de Avaliação das Políticas Públicas para a Coesão Social.

**3. Acolher** os acordos elevados pelo Conselho Acadêmico de IBERGOP no referente à modalidade de desenvolvimento da proposta acadêmica anual.

**4.** Em aplicação do Ponto 12 do Memorando de Entendimento, aprovamos o Programa Anual da Rede para o imediato exercício 2007-2008, que estará composto das seguintes iniciativas:

a) O tema que orientará as atividades da rede será: “ Sistemas de Avaliação das Políticas Públicas para a Coesão Social”.

b) Sistema de consultas a pedido, no caso de algum Ministério interessar-se em obter informação sobre decisões e normas adotadas pelos demais membros da Rede, o mesmo deverá dirigir-se a estes, solicitando-as.

c) Foros de exposição e debate em torno a “ boas práticas” ibero-americanas.

**5. Renovar** nosso compromisso estabelecido no “ Memorando de Entendimento para a coordenação e gestão da RIMPE” que foi adotado com ajuste ao procedimento fixado na nossa IX Reunião de Ministro realizada no México em setembro de 2005.

**6. Agradecer** ao México a gestão do site da RIMPE na Internet, desenvolvida a partir da V Reunião de nossa Rede, realizada no ano 2000 na capital mexicana, bem como seu renovado oferecimento de continuar mantendo, a partir desta data, dita missão, cuja importância para boa marcha da Rede é cada vez mais evidente.

**7. Receber** com satisfação e aceitar o oferecimento da República Oriental do Uruguai para realizar a XII Reunião Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes.

**8. Congratulamo-nos** ante o fato de que Portugal veja com interesse a possibilidade de realizar a XIII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes, situação que se decidirá na próxima reunião.

**9. Expressar** nos agradecimento pela cálida hospitalidade oferecida, e estender nosso mais afetuoso reconhecimento às autoridades da República da Costa Rica.

## Ficha Técnica Saúde 2007

**Conferência:** IX Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde

### Secretaria Pro-Tempore : Ministério da Saúde do Chile

Contacto: José Miguel Huerta      Endereço: Mac-Iver, 541, Oficina 66  
Santiago, Chile

Cargo: Escritório de Cooperação e Assuntos Internacionais

e-mail: jhuerta@minsal.cl

Telefone: (56-2) 574 0763

Fax: (56-2) 639 1971

**Secretaria Técnica: não há**

### SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana

Contacto: Leonor Esguerra Portocarrero      Website: www.segib.org

Cargo: Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais      Endereço: Paseo de Recoletos, 8  
28001 Madrid, Espanha

e-mail: lesguerra@segib.org

Telefone: (34-91) 590 1980 / 1995

Fax: (34-91) 590 1982

### Reuniões Recentes

2007: IX Conferência, Iquique (Chile), 9-10 julho

2006: VIII Conferência, Colônia do Sacramento (Uruguai), 5-6 outubro

### Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais

**Redes Ibero-Americanas de:** Doação e Transplante

- Políticas de Medicamentos
- Ensino e Pesquisa
- Luta Contra o Tabagismo
- Análise e Formulação de Políticas Públicas
- Promoção da Saúde

### Menções na Declaração e/ou no Programa de Ação da XVII Cúpula

#### Declaração

"4. Impulsionar um maior desenvolvimento e coordenação de políticas sociais para a superação da pobreza, assegurar o acesso universal aos serviços sociais e a qualidade dos serviços públicos e privados, especialmente em educação, saúde, habitação, e segurança e proteção sociais."

#### Programa de Ação

"2. Favorecer o desenvolvimento de estratégias conjuntas dos países ibero-americanos para o acesso universal a medicamentos e insumos essenciais de qualidade para sua fabricação, avançando na compatibilização dos sistemas de regulamentação e incentivando mecanismos eficientes de compra, produção de genéricos e uso das flexibilidades permitidas pelos acordos internacionais vigentes.

3. Implementar também uma estratégia que facilite a troca de experiências e fortaleça as relações de cooperação entre os Ministérios da Saúde dos países ibero-americanos."

## Declaração

### Consenso de Iquique

Iquique, Chile, 9 e 10 de julho de 2007

As Ministras e Ministros da Saúde da Ibero-América ou os seus representantes, reunidos na IX Conferência Ibero-América de Ministra e Ministros da Saúde em Iquique, Chile, nos dias 9 e 10 de julho de 2007.

#### Considerando que:

- 1)** Os Objetivos de Desenvolvimento da Declaração do Milênio das Nações Unidas, subscrita pelos nossos países, colocam a oportunidade de retomar o caminho para formular planos orientados a enfrentar os problemas sociais e de saúde da população de modo a incrementar a coesão social. Neste contexto, erradicar a pobreza e superar a desigualdade devem ser objetivos prioritários dos nossos países.
- 2)** Durante esta IX Conferência verificamos significativos avanços nas redes temáticas ibero-americanas e grupos de trabalho estabelecidos e discutimos amplamente sobre as políticas para fomentar a coesão social a partir da perspectiva da saúde.
- 3)** A inclusão e a coesão social devem se constituir em objetivos fundamentais das políticas econômicas, sociais, culturais e ambientais. O desenvolvimento de sistemas de proteção social integrados favorece a consecução dos objetivos mencionados.
- 4)** Nos sistemas de proteção social, a saúde é um dos setores mais efetivos e rápidos para a aplicação de políticas redistributivas, que contribuem para a coesão social, permitindo superar importantes barreiras de acesso aos serviços e bens essenciais, com efeitos no curto prazo na saúde da população.
- 5)** A desigualdade nos níveis das rendas exacerba a exclusão, impedindo avançar na coesão social e associa-se à maior vulnerabilidade de amplo grupo social. A elaboração de políticas públicas setoriais integradas, com base no enfoque de direitos e que abordam os determinantes sociais, contribui para o desenvolvimento de sistemas eficazes de proteção social, e para diminuir a desigualdade melhorando os resultados em saúde.
- 6)** Elemento central de todas as experiências bem sucedidas de alargamento da proteção social em saúde é a reestruturação dos sistemas de saúde com base nos princípios e estratégias do atendimento primário de saúde.

**7)** A cobertura dos sistemas de proteção social é claramente insuficiente em muitos dos nossos países. A precariedade do emprego dos mais pobres impediu, até agora, o alargamento da cobertura da segurança social baseada nas contribuições de trabalhadores e empregadores, dificultando em muitos países o desenvolvimento de sistemas de saúde universal, capazes de aumentar a cobertura de riscos e de incorporar bens essenciais.

**8)** Apesar das importantes conquistas em saúde nas últimas décadas, ainda persistem desigualdades inaceitáveis no acesso aos serviços sociais e de saúde para grandes grupos da população, em especial os povos indígenas e afro-descendentes.

**9)** A desigualdade de gênero é fonte de exclusão social e os sistemas de saúde devem estabelecer prioridades, estratégias de intervenção, tipos de serviços e mecanismos de financiamento que permitam a sua resolução.

**10)** A interculturalidade deve ser um enfoque de política social geral para todos os países, porque todos experimentam desigualdades e inequidades de base cultural e étnica. A interculturalidade não consiste somente em aceitar e respeitar os outros, mas também reconhecer a existência de outros saberes e práticas e o seu valor intrínseco, bem como sua contribuição para a saúde pública.

**11)** Em muitos dos nossos países o investimento público em saúde ainda é insuficiente. Aqueles que desenvolveram serviços de saúde integrado conseguiram melhorar a situação social e de saúde a níveis maiores daquilo que seria passível de esperar em virtude do seu patamar de desenvolvimento econômico e da percentagem do produto nacional alocado à saúde.

**12)** A combinação de altos graus de segmentação, fragmentação, despesas de bolso e mecanismos de regulação fracos têm repercussão negativa no nível de saúde das pessoas.

**13)** A participação comunitária na tomada de decisão e a gestão dos serviços, no marco das legislações nacionais, tornam-se indispensáveis para possibilitar uma resposta pertinente dos mesmos às necessidades da população.

**14)** A exclusão se vê claramente refletida na falta de acesso a medicamentos e insumos estratégicos por parte de amplos grupos da população. O aumento dos preços dificulta aos Governos garantir o acesso a estes bens, o que pressupõe maiores despesas diretas das pessoas.



**15)** A desnutrição infantil, como uma das seqüelas mais importantes da pobreza, constitui um fator crucial para a transmissão transgeracional da exclusão, e, nesse sentido, é um fator relevante na perda da coesão social.

**16)** A educação para a saúde e a promoção de estilos de vida saudáveis, incluindo aqueles que protegem contra o consumo de produtos nocivos à saúde, são instrumentos fundamentais para enfrentar os determinantes sociais.

## **Declaramos:**

**1) O nosso compromisso** de redobrar os esforços para cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados com a saúde, apoiando decididamente as iniciativas ibero-americanas com tendência a reduzir substancialmente a desnutrição e a mortalidade materno-infantil.

**2) O nosso firme propósito** de propiciar a inclusão e coesão social com políticas públicas multisetoriais, com base no enfoque de direitos, que abordam os determinantes sociais e que tenham como objetivo erradicar as desigualdade e a exclusão, materializadas através de sistemas de proteção social integrados. Tudo isso, orientado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

**3) O nosso compromisso** no estabelecimento de modelos de gestão dos sistemas e serviços de saúde orientados a resultados, promovendo o desenvolvimento de políticas e programas encaminhados à consecução de metas concretas em todas as áreas, bem como incorporar políticas de recursos humanos em saúde que potencializam a formação integral e a distribuição equitativa, melhorando as condições de trabalho.

**4) O nosso compromisso** com o trabalho das redes temáticas e grupos de trabalho ibero-americanos, para manter e aumentar as consecuições alcançadas.

**5) A necessidade** de fortalecer os mecanismos nacionais de regulação, entendendo que a saúde deve estar garantida para todos como uma responsabilidade que deve ser assumida por organismos públicos, empresas privadas, organizações da comunidade, cidadãos e organismos internacionais.

**6) A necessidade** de desenvolver redes de serviços de saúde com base no atendimento primário, de financiamento público e cobertura universal, em virtude da sua capacidade de minorar os efeitos da segmentação e da fragmentação, articuladas com o conjunto das redes sociais.

**7) A necessidade de propicias** o desenvolvimento de sistemas nacionais integrados de proteção social que avancem para a cobertura universal financeira e de serviços de qualidade, que sejam capazes de alargar a proteção contra riscos e de incorporar bens essenciais, com independências da inserção no trabalho das pessoas, eliminando barreiras e exclusões.

**8) O nosso interesse no sentido de constituir** uma rede ibero-americana que permita a troca de experiências e a aprendizagem conjunta a respeito dos sistemas de proteção social de saúde e o alargamento da cobertura de serviços e financiamento, encomendado a sua coordenação ao Chile.

**9) O nosso compromisso de adotar** medidas para assegurar o acesso a medicamentos e insumos estratégicos através da implantação nos nossos países da Declaração de Doha relativa ao Acordo sobre os Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC) e à Saúde Pública, e do pleno uso das flexibilidades e salvaguardas incluídas nesse acordo.


**10) O nosso compromisso de manter** o diálogo e a comunicação das ações encaminhadas a promover o acesso e a inovação no desenvolvimento de medicamentos, vacinas e insumos críticos para doenças que afetam desproporcionalmente os nossos países.

**11) A nossa decisão de incluir** a abordagem de gênero no desenho e implementação das políticas e planos de saúde.

**12) A nossa rejeição** de medidas e ações de qualquer natureza e/ou procedência que atentam contra o acesso da população a medicamentos e alimentos indispensáveis para salvar vidas e conservar a saúde, em especial das crianças e adolescentes.

**13) A nossa decisão de levar** à consideração dos Chefes de Estado que irão se reunir na XVII Cúpula Ibero- Americana, os seguintes acordos:

**a) Considerar** que a saúde é a causa, motor e consequência do desenvolvimento humano e da coesão social, além de ser um elemento crucial da estrutura econômica e social dos países, que promove o emprego, renda e inovação.



**b) Desenvolver** sistemas de proteção integrados, com cobertura universal de saúde, com base no atendimento primário e na participação cidadã, como contribuição fundamental para a coesão social e como meio de luta contra a exclusão social e a desigualdade. Sistemas que devem contar com financiamento público, beneficiando os povos da região sem barreiras nem exclusões.

**c) Favorecer** o desenvolvimento de estratégias conjuntas dos países ibero-americanos para o acesso universal a medicamentos e insumos essenciais de qualidade, avançando para a harmonização da regulamentação e incentivando mecanismos eficientes de compra, produção de genéricos e o uso das flexibilidades permitidas pelos acordos internacionais vigentes.

## Ficha Técnica Segurança Social 2007

<b>Conferência:</b>	<b>VI Conferência Ibero-Americana de Ministros/ Responsáveis Máximos pela Segurança Social</b>		
<b>Secretaria Pro-Tempore : Ministério do Trabalho e Previdência Social do Chile</b>			
Contato:	Regina Clark Medina	Endereço:	Huérfanos, 1273, 15º piso Santiago, Chile
Cargo:	Encarregada da Área de Relações Internacionais		
e-mail:	rclark@mintrab.gov.cl		
Telefone:	(56-2) 753 0415		
Fax:	(56-2) 753 0418		
<b>Secretaria Técnica: OISS - Organização Ibero-Americana de Segurança Social</b>			
Contato:	Adolfo Jiménez Fernández	Website:	www.www.oiss.org
Cargo:	Secretário-Geral	Endereço:	Velázquez, 105, 1º piso 28006 Madrid,Espanha
e-mail:	sec.general@oiss.org		
Telefone:	(34) 91 561 1747 / 1955		
Fax:	(34) 91 564 5633		
<b>SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana</b>			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdirectora, División de Reuniones Ministeriales Sectoriales	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
<b>Reuniões Recentes</b>			
2007:	VI Conferência, Iquique (Chile), 5-6 julho; Reunião Preparatória, Santiago (Chile), 19-20 abril Reunião Preparatória, São Paulo (Brasil), 5-6 junho		
2006:	Reunião de caráter técnico, Montevidéu (Uruguai), 9-10 outubro		
<b>Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais</b>			
<b>IDCISS</b> Implementação e Desenvolvimento da Convenção Ibero-Americana de Segurança Social (Iniciativa aprovada na XVII Cúpula)			
<b>Menções na Declaração e/ou no Programa de Ação da XVII Cúpula</b>			
Declaração			
"4. Impulsionar um maior desenvolvimento e coordenação de políticas sociais para a superação da pobreza, assegurar o acesso universal aos serviços sociais e a qualidade dos serviços públicos e privados, especialmente em educação, saúde, habitação, e segurança e proteção sociais.			
8. Avançar no desenvolvimento progressivo de sistemas de proteção social de cobertura universal, recorrendo a instrumentos contributivos, não-contributivos e solidários, conforme o caso. Por conseguinte, e em cumprimento do acordado nas XV e XVI Cúpulas Ibero-Americanas, os países membros adotam nesta ocasião o texto da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social e comprometem-se a impulsionar os procedimentos internos para a sua pronta entrada em vigor. Ademais, acordam instruir seus representantes técnicos a iniciarem, em breve prazo, a negociação do Acordo de Aplicação."			
Programa de Ação			
"1. Impulsionar o desenvolvimento de sistemas de proteção social integrados, com cobertura universal. Estes sistemas devem contar com financiamento público e beneficiar os povos da região, sem barreiras nem exclusões.			
31. Acordar o lançamento da Iniciativa de Cooperação Ibero-Americana "Implementação e Desenvolvimento da Convenção Ibero-Americana de Segurança Social (IDCISS)", administrada pela SEGIB e a OISS, para permitir a pronta entrada em vigor da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, bem como a promoção e coordenação da negociação de seu Acordo de Aplicação."			

### VI Conferência Ibero-Americana de Ministros/ Responsáveis Máximos pela Segurança Social

Iquique, Chile, 5 e 6 de julho de 2007

Os Ministros ou seus Representantes ou os Responsáveis Máximos pela Segurança Social na Ibero-América, reunidos em Iquequi (Chile) nos dias 5 e 6 de julho de 2007, no quadro das Reuniões Setoriais prévias à XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo,

#### Considerando:

1. Que as sucessivas Conferências Ibero-Americanas de Ministros/Responsáveis Máximos pela Segurança Social têm abordado em diferentes reuniões as principais questões que afetam a proteção social na região, como sejam o alargamento da cobertura dos sistemas, a luta contra a informalidade, a melhoria de proteção concedida ou os avanços na gestão da Segurança Social.
2. Que os acordos alcançados no seio das Conferências e ratificados na atual Conferência de Ministros / Responsáveis Máximos pela Segurança Social na Ibero-América, que tem lugar sob os auspícios do Secretariado Pro tempore detido pelo Chile, têm sido reflexo da atenção prestada ao papel da Segurança Social como instrumento basilar para a coesão social dos Estados, plasmados nas Declarações Finais subscritas para o efeito, entre as quais se contam o "Acordo sobre Segurança Social na Ibero-América de 1992", o "Acordo sobre o texto do Código Ibero-Americano de Segurança Social de 1995" ou a "Declaração sobre Segurança Social e Proteção Social dos trabalhadores migrantes na Ibero América" de 2002.
3. Que, neste contexto, a situação dos trabalhadores migrantes constitui um foco permanente de atenção das diferentes Conferências, pressupõe atuar de maneira proativa perante as novas circunstâncias que o mundo de hoje impõe, marcado por uma crescente abertura comercial e uma vertiginosa circulação de capitais, com uma proporção cada vez mais significativa de trabalhadores e trabalhadoras cujo âmbito de referência é o mercado de trabalho num contexto de globalização à escala mundial, que se plasma a nível regional nos diferentes processos de integração em andamento.
4. Que o conceito de Trabalho Decente permite-nos contar com uma abordagem comum que guie as nossas ações de potencialização e melhoria dos nossos mercados de trabalho, fazendo confluír os esforços em prol da cidadania social com os esforços em prol da cidadania trabalhista.

**5.** Que, frente a esta realidade, os sistemas de proteção social devem adotar soluções que permitam dar resposta às necessidades criadas, a partir da permanente cooperação e da solidariedade ente os diferente Estados da Comunidade Ibero-Americana que tornem possíveis realizações comuns garantindo os direitos das pessoas, inclusive nos seus movimentos entre países.

**6.** Que, nesse sentido, ao longo do tempo foram adotados diferentes acordos em matéria de coordenação legislativa que significaram importantes avanços nesta direção, como o Convênio Ibero-Americano de Segurança Social de Quito (1978), o Convênio Multilateral de Segurança Social para América Central (1967), o Acordo Multilateral de Segurança Social do MERCOSUL (1997), o Instrumento Andino de Segurança Social (2004) e as mais de 50 convenções bilaterais de Segurança Social vigentes entre países ibero-americanos.

**7.** Que, não obstante, a Conferencia Ibero- Americana de Ministros/Responsáveis Máximos pela Segurança Social, na sua V Reunião, realizada em Segovia (Espanha) nos dia 8 e 9 de setembro de 2005, considerou a necessidade de continuar avançando nessa direção e, nesse sentido, acordou “iniciar o processo de elaboração de uma Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade Ibero-Americana” que , no mais absoluto respeito pelos sistemas nacionais vigentes nos diferentes Estados, regulamente e coordene as relações entre os mesmo para garantir os direitos das pessoas que se deslocam entre eles.

**8.** Que esta iniciativa foi acolhida pela XV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Salamanca, Espanha, outubro 2005) que, na sua Declaração Final, ponto 17, acordou igualmente “...Iniciar o processo de elaboração de uma Convenção Ibero-Americana de Segurança Social com o objetivo de garantir os direitos de Segurança Social dos trabalhadores migrantes e das suas famílias”.

**9.** Que, no mesmo sentido, a XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Montevidéo, Uruguai, outubro 2006), no “ Compromisso de Montevidéo sobre Migrações e Desenvolvimento”, no seu ponto 25.k), acordou “Adotar as medidas necessárias para a oportuna e adequada entrada em vigor da Convenção Ibero-Americana de Segurança Social...”.

**10.** Que no período transcorrido após a decisão adotada em 2005, os Governos dos países da Comunidade Ibero-Americana, com o apoio da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e da Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS) e de outros organismos internacionais, têm vindo trabalhar, através de um método altamente participativo, na elaboração do texto do Projeto de Convenção Multilateral Ibero-Americano de Segurança Social.

**11.** Que no decurso de tais trabalhos foram analisadas e discutidas sucessivas minutas do Projeto e foram realizadas três reuniões técnicas de alto nível (Montevideu, outubro de 2006, Santiago do Chile, abril de 2007, São Paulo, junho de 2007) que permitiram alcançar um texto de consenso, que foi objeto de consideração na presente Conferência, cujo assunto central foi: “Coesão e Segurança Social:estratégias para abordar a proteção dos direitos ds cidadãos e cidadãs da Ibero-América”.

**12.** Que em relação ao tema central desta VI Conferência, que se realiza na cidade de Iquique, República do Chile, além do Projeto de Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, foram objeto de análise outros temas cruciais, podendo a Segurança Social contribuir através dos mesmo para oferecer as condições adequadas para promover maior coesão social.

**13.** Que, dentre tais assuntos tratados na Conferência, ressaltam os relacionados com os mecanismos que, na ótica dos poderes públicos, é possível e desejável por em prática para ampliar a cobertura dos sistemas de proteção social da Ibero-América, a consideração do papel que as prestações por desemprego consideradas nos sistemas de Segurança Social podem desempenhar na melhoria do bem-estar social e a prevenção e proteção de riscos do trabalho como requisito incontestável, de ordem social e econômica, para a estabilidade das relações de trabalho.

### **Acordam:**

**Primeiro: Aprovar** o texto do Projeto de Convenção Multilateral Ibero-Americano de Segurança Social que consta integralmente como Anexo 1 nas línguas espanhol e português para um só efeito e que fica depositado na Secretaria-Geral Ibero-Americana, nas condições que estabelece a Resolução aprovatória da Convenção Ibero-Americana de Segurança Social que é assinada nesta Conferência.

**Segundo: Elevar** o presente Acordo, nas condições que estabelece a Resolução aprovatória da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, que se assinada nesta Conferência, à consideração da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que será realizada nos dias 8 a 10 de novembro em Santiago, Chile.

**Terceiro: Submeter** aos seus respectivos Governos o texto aprovado, para a sua consideração e, conforme o caso, assinatura e ratificação, de harmonia com as regras internas da cada país e o seu depósito junto da Secretária-Geral Ibero-Americana, através das OISS, de acordo com o estabelecido no artigo 30 de mesmo.

**Quarto: Iniciar** o processo de negociação do Acordo de Aplicação da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, a que se refere o artigo 26 do texto aprovado.

**Quinto: Solicitar** a colaboração da Secretaria-Geral Ibero-Americana e da OISS para a elaboração do projeto do Acordo de Aplicação da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social e o arranque dos mecanismos de gestão necessários à sua efetivação, devendo ser convocada, para tanto, antes da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, no mínimo, uma reunião que permita levar os seus resultados e conclusões à mesmo.

**Sexto: Propor** a inclusão na Declaração Final da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, nas condições que estabelece a Resolução aprovatória da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, assinada nesta Conferência, do seguinte texto:

*Que, em cumprimento dos acordos alcançados nas XV e XVI Cúpula Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, adotamos o texto da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social e comprometemo-nos a impulsionar os procedimentos internos para a sua pronta entrada em vigor. Igualmente, damos instruções às nossas delegações técnicas para se reunirem em breve com objetivos de iniciar a negociação do Acordo de Aplicação.*



## Ficha Técnica Turismo 2007

<b>Conferência:</b>	<b>VII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo</b>		
<b>Secretaria Pro-Tempore : Serviço Nacional de Turismo (SERNATUR) do Chile</b>			
Contato:	Claudia Paredes Arizaga	Endereço:	Providencia, 1550 Santiago, Chile
Cargo:	Assessora do Diretor		
e-mail:	cparedes@sernatur.cl		
Telefone:	[56-2] 731 4818 / 8419		
Fax:	[56-2] 236 1417		
<b>Secretaria Técnica: não há</b>			
<b>SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana</b>			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	[34-91] 590 1980 / 1995		
Fax:	[34-91] 590 1982		
<b>Reuniões Recentes</b>			
2007:	VII Conferência, Barco Aquiles (Chile), 29 setembro - 2 outubro		
2006:	VI Conferência, Colônia do Sacramento (Uruguai), 7 - 8 setembro		
<b>Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão Assuntos Econômicos</b>			
Não há			
<b>Menções na Declaração e/ou no Programa de Ação da XVII Cúpula</b>			
Programa de Ação "30. Impulsionar o turismo, incluindo o turismo local, concebendo-o como uma atividade econômica geradora de empresas, emprego, inovações e capacidades que permitam o acesso das pessoas aos bens e serviços básicos e que contribuam para o enriquecimento da identidade dos povos, especialmente mediante o incentivo à transferência das políticas públicas bem-sucedidas."			

### VII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo

Puerto Montt-Laguna San Rafael, Chile, 29 de setembro a 2 de outubro de 2007

As Autoridades do Turismo dos países ibero-americanos, reunidas na VII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo a bordo do Navio “Aquiles” e no marco da realização da próxima XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que tem como lema “Coesão social e políticas sociais para alcançar sociedades mais inclusivas na Ibero-América” acordaram o seguinte:

#### Considerando:

1. Que de acordo ao concluído na anterior Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo, desenvolvida na cidade de Colônia de Sacramento, Uruguai, se constata que a Ibero-América tem uma importante cota do mercado, ou seja, 15% dos destinos turísticos mundiais, o que se incrementou de maneira notável nos últimos 15 anos e que o turismo em nossa região se constitui num fator primordial para a superação da pobreza em nossos países;
2. Que na 46ª Reunião da Comissão Regional da Organização Mundial de Turismo (OMT) para as Américas, efetuada na cidade de San Salvador, El Salvador, no mês de junho de 2007, inferiram-se, entre outras conclusões, a importância de contar com uma política de segurança turística, na qual se encontrem representados todos os atores da sociedade, dos governos, das instituições turísticas, as autoridades locais e a cidadania; a necessidade de uma maior profissionalização do mercado turístico em todos os âmbitos; a importância da especialização do mesmo, sobre a base da cultura e as características próprias de cada uma de nossas nações; e a relevância da gestão de destinos sobre a base de um trabalho mancomunado entre os setores público e privado;
3. Que é substancial promover ações que tendam a incrementar a inter-relação das instituições turísticas da Ibero-América, por quanto são instâncias que aportam conhecimento de novas experiências e modalidades de ação de interesses comuns nos âmbitos como promoção, planificação e capacitação, o que se reflete diretamente no desenvolvimento turístico de nossos países e na relevância que, em dito contexto, adquirem as Cúpulas Ibero-Americanas ao contribuir para fortalecer os vínculos entre os países participantes;
4. Que na recente celebração do dia mundial do turismo, que teve como lema principal “O turismo abre portas às mulheres”, se concluiu que a progressiva participação da mulher e dos demais coletivos vulneráveis nos distintos âmbitos de desenvolvimento do turismo colabora na concreção de um equilíbrio

na sociedade, nas economias e nas estruturas sociais, fazendo visível um dos grandes aportes do turismo em nossos países: a capacidade de criar empregos e através deles, contribuir para erradicar a pobreza que afeta a nossos povos;

**5.** Que a difusão dos princípios contidos no Código de Ética Mundial do Turismo, assim como sua incorporação nas ações realizadas por cada país, foi de grande transcendência para o progresso do setor e sua cada vez maior influência nas economias da Ibero-América;

**6.** Que a riqueza de diversidade cultural de nossos países faz necessária a incorporação efetiva dos Povos Originários na gestão dos destinos turísticos, considerando a urgente necessidade de adaptar o turismo às particulares condições de vida de cada grupo e de que, por sua vez, sejam estes mesmos os principais receptores dos benefícios que a atividade gera;

**7.** Que é necessário propor que no Encontro Empresarial, prévio às Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo se incorpore o tema do turismo;

**8.** Que é necessário continuar desenvolvendo políticas de imigração, que permitam maiores níveis de inclusão destes coletivos favorecendo sua contribuição ao desenvolvimento turístico, em concordância com o analisando na Cúpula de mandatários em Montevideú, Uruguai; e

**9.** Que é necessário estabelecer instrumentos que permitam um trabalho de seguimento dos acordos que se subscrevam nestas conferências e uma avaliação periódica dos mesmos, coincidindo com os eventos internacionais em que sejam parte os Ministros do Turismo Ibero-Americanos, sendo a SEGIB responsável desta tarefa.

### **Acordam:**

**1.** Que em relação ao conteúdo da próxima XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, cujo eixo temático principal é a obtenção de uma maior coesão social em nossos países, se considera que o turismo deve ser concebido como um elemento central na hora de gerar empresas e empregos, inovações e capacidades, que permite o acesso das pessoas a bens e serviços básicos, e que, à par de eles, o setor deve contribuir ao enriquecimento da identidade de cada um de nossos povos, com o propósito de derivar uma maior inclusão e participação dos mesmos nos âmbitos econômico, social e cultural;

## 2. Gerar um Plano de Ação relativo a:

**a) Promover** políticas de Turismo Social em nossos países e estudar a possibilidade de realizar intercâmbios de adultos maiores entre aqueles que contam com programas de turismo para dito grupo;

**b) Apoiar** o conhecimento e difusão das melhores práticas realizadas em nossos países em matéria de turismo social e de turismo de natureza, diante da elevação de casos e modelos de desenvolvimento, utilizando a nova plataforma tecnológica da Rede de Expertos Ibero-Americanos de Turismo (REI) e de uma metodologia comum a elaborar pela SEGIB;

**c) Continuar** com a colaboração entre os países com respeito ao desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos sistemas de informação e estatísticas para a implementação da Conta Satélite do Turismo;

**d) Manter e promover** políticas de fomento orientadas às micro, pequenas e médias empresas turísticas, incentivando a criação de novos empreendimentos no setor;

**e) Continuar** desenvolvendo a plataforma tecnológica para capacitação dos recursos humanos que se desempenham nas instituições públicas de turismo, ampliando a oferta de cursos existentes e o número de participantes; além de solicitar a incorporação de ações de cooperação técnica nas próximas Conferências Ibero-Americanas de Ministros do Turismo;

**f) Continuar** investindo na melhor aplicação de novas tecnologias de informação e comunicação no setor turístico, fomentando a transferência tecnológica entre nossos países, que permita o maior acesso a estas por parte das micro, pequenas e médias empresas (MIPYMES), e a melhora da promoção e comercialização em linha dos produtos e destinos turísticos ibero-americanos;

**g) Ratificar** o compromisso adquirido no Plano de Ação, aprovado na IV Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo, de estabelecer uma Rede Ibero-Americana de Centros de Formação Turística. Neste sentido, o Brasil se compromete, com apoio da SEGIB, a apresentar na próxima reunião um modelo de centros de formação para a avaliação dos membros;

**h) Propor**, no marco do processo de integração ibero-americana, a criação de circuitos turísticos integrados e a promoção conjunta nos âmbitos sub-regionais, a fim de alcançar um melhor posicionamento da Ibero-América nos mercados internacionais de turismo e;

**i) Manter** o compromisso assumido na VI Conferência, realizada no Uruguai, enquanto a fortalecer o papel de nossa região na próxima Assembleia Geral da Organização Mundial de Turismo (OMT), que se efetuará no mês de novembro do presente ano, na cidade de Cartagena de Indias, Colômbia, assim como expressar nosso compromisso de realizar os maiores esforços para assegurar o êxito de dita reunião.

### 3. Elevar à XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo as seguintes considerações:


**a) Estimular** a transferência de políticas públicas exitosas em matérias de turismo social, normas de qualidade, gestão de destinos e desenvolvimento sustentável do turismo, que permitam alcançar sociedades mais inclusivas e com maior coesão social;

**b) Promover** instâncias que permitam compartilhar as experiências em torno ao trabalho de cada país enquanto à acessibilidade a créditos e facilidades para a criação de novos negócios a respeito das micro, pequenas e médias empresas turísticas, uma vez que estas se constituem como a principal fonte geradora de empregos no mercado turístico;

**c) Potenciar** a utilização de novas tecnologias como ferramentas de capacitação e comercialização dos destinos turísticos, como plataforma de aprendizagem permanente e para o uso de novas modalidades de comércio via Internet;

**d) Promover** o fortalecimento das capacidades municipais ou instituições de caráter local, diante do desenvolvimento de programas de gestão de destinos que permitam incorporar uma visão integral no processo de desenvolvimento turístico, alcançando uma relação harmônica com as políticas nacionais e;

**e) Fomentar** a inclusão de objetivos transversais vinculados à cultura e consciência turística, nos planos de estudo estabelecidos nos sistemas educativos de cada país.



As Autoridades do Turismo dos países Ibero-Americanos desejam expressar seus agradecimentos pela hospitalidade e deferência que lhes foram brindadas tanto na cidade de Puerto Montt como no Navio Aquiles da Armada do Chile, que permitiu concluir exitosamente a viagem realizada através dos canais patagônicos. Assim mesmo desejam expressar o maior reconhecimento às Autoridades do Chile e a todos aqueles que participaram na organização desta Conferência, que possibilitou a obtenção de importantes conclusões que contribuirão ao progressivo crescimento da indústria turística de nossos países e, com eles, à melhorar as condições de vidas dos nossos povos.

Finalmente, agradecer o convite do governo de El Salvador para celebrar a VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo no ano de 2008.

## Ficha Técnica Habitação e Desenvolvimento Urbano 2007

<b>Conferência:</b>	<b>XII Fórum Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano</b>		
Secretaria Pro-Tempore : Ministério da Habitação e Urbanismo do Chile			
Contato	María de la Luz Nieto	Endereço:	Serrano, 15, 4º piso Santiago, Chile
Cargo:	Assessora da Ministra		
e-mail:	mnieto@minvu.cl		
Telefone:	(56-2) 351 3456 / 351 3421		
Fax:	(56-2) 639 7370		
<b>Secretaria Técnica - MINURVI</b>			
Contato:	Mabel Jiménez	Website:	www.minurvi.org
Cargo:	Secretária Técnica		www.vivienda.gov.ar
e-mail:	lymart@min.gov.ar	Endereço:	Alem, 339 5º piso Buenos Aires, Argentina
Telefone:	(54-11) 4347 9761		
Fax:	(54-11) 4347-9766 / 4347-9766		
<b>SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana</b>			
Contato:	Leonor Esguerra Portocarrero	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	lesguerra@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
<b>Reuniões Recentes</b>			
2007:	XII Foro, Santiago (Chile), 8-10 outubro; Reunião Preparatória, Santiago (Chile), 18 maio		
2006:	XI Foro, Montevideu (Uruguai), 4-6 outubro		
<b>Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais</b>			
Não há			
<b>Menções na Declaração e/ou no Programa de Ação da XVII Cúpula</b>			
Declaração "4. Impulsionar um maior desenvolvimento e coordenação de políticas sociais para a superação da pobreza, assegurar o acesso universal aos serviços sociais e a qualidade dos serviços públicos e privados, especialmente em educação, saúde, habitação, e segurança e proteção sociais." Programa de Ação "29. Solicitar aos Ministros de Habitação e Desenvolvimento Urbano que promovam a consagração do direito à cidade mediante a formulação de políticas públicas que assegurem o acesso ao solo, a moradias adequadas, infra-estrutura, equipamento social e mecanismos e fontes de financiamento suficientes e sustentáveis."			
<b>Observações</b>			
Desde 1998, as reuniões anuais do Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano coincidem com as da MINURVI, entidade de coordenação e de cooperação intergovernamental dos países da América Latina e do Caribe na área de desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos. Os dois foros estabeleceram uma agenda comum de atividades, coordenando-se na implementação dos seus pontos de convergência.			

## Declaração

### XII Fórum Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano

Santiago, 18 maio de 2007


#### Considerando:

1. Que o fórum ibero-Americano de Ministro e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano é a instância preparatória da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em matéria de coordenação e cooperação regional nos temas de desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos e para o desenho de políticas que permitam melhorar a situação habitacional da população da região.
2. Que a XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizada na cidade de Montevideu, em 2006, estabeleceu como tema central de discussão para a Assembléia do presente ano a " Coesão Social e Políticas Sociais para alcançar sociedades mais inclusivas na Ibero-América". Tendo presente o anterior, o Fórum Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano considerou estabelecer como prioridade o direito à cidade e às políticas integrais de desenvolvimento urbano, como uma contribuição estratégica ao tema da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.
3. Que a realidade dos assentamentos humanos não respondem, em muitos casos, ao direito dos habitantes aos serviços básico que a sociedade deve garantir. Ao contrário, o crescimento desse assentamento não sempre tem sido acompanhado por um acesso equitativo a serviço e infra-estrutura, gerando uma maior exclusão.
4. Que a superação das situações de exclusão, que sofrem atualmente os setores mais vulneráveis exige efetivo planejamento, gestão e acompanhamento do Estado, que facilite o acesso ao solo, à moradia, além da dotação de infra-estrutura e serviço de forma inclusiva.

#### Acordamos:

Os Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano, presentes no XII Fórum Ibero-Americano, acordam recomendar aos Chefes de Estado e de Governo reunidos na XVII Cúpula Ibero-Americana o seguinte:





Que a redução da pobreza e a distribuição equitativa dos benefícios do crescimento à procura da inclusão social implica, na área do desenvolvimento urbano e da habitação, o seguinte:

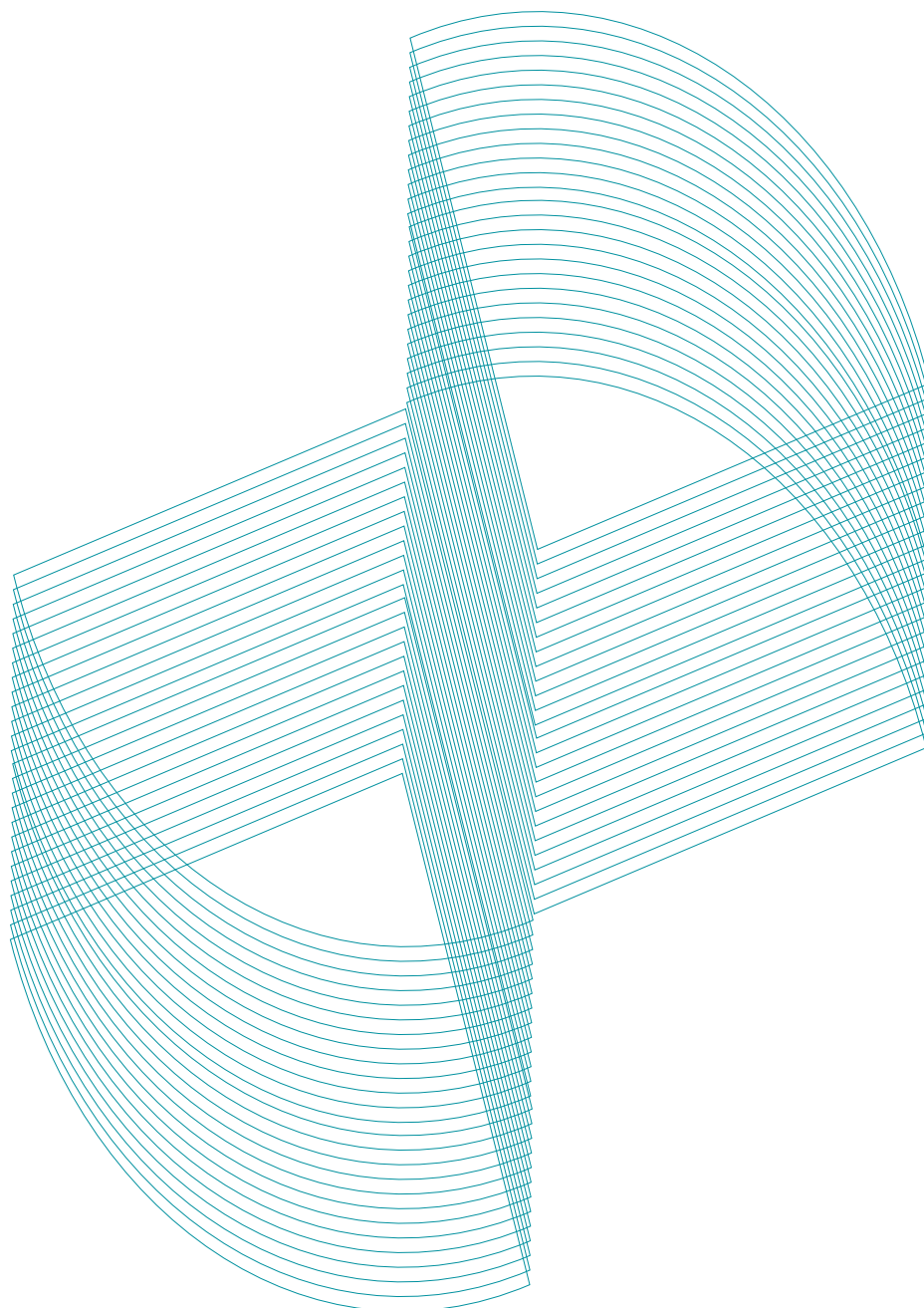
**1. Promover** a consagração do direito à cidade com base reitora do desenho e implementação de políticas urbanas, econômicas e sociais dirigidas ao desenvolvimento de cidades justas, humanas, democráticas e sustentáveis.

**2. Gerar** políticas públicas estruturadas e eficientes que reconheçam o direito à cidade, que garantam o acesso ao solo, a habitações adequadas, infra-estrutura e equipamento social, considerando a diversidade cultural.

**3. Estabelecer** os instrumentos e as fontes de financiamento suficientes e sustentáveis para a implementação das políticas, planos e programas de desenvolvimento urbano e habitacional que contribuam à materialização do direito à cidade.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

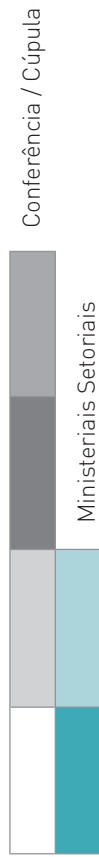
*Calendário de Reuniões da Conferência Ibero-Americana*



## Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

### Calendário de Reuniões da Conferência Ibero-Americana

Reunião	Apoio	Mês	Día	Cidade	País
Traspasso da Secretaria Pro Tempore ao Chile		Janeiro	11	Santiago	Chile
Missão preparatória à XVII Cúpula		Março	5-7	Santiago	Chile
Reunião Troika Prep à IX Conf. Ibero-Americana de Ministros, Ministras e Altos Resp. por Infância e Adolescência		Março	19	Santiago	Chile
Reunião Preparatória à VI Conferência Ibero-Americana de Ministros/ Máximos Responsáveis pela Segurança Social	OISS	Abril	19-20	Santiago	Chile
Reunião Preparatória à X Conferência Ibero-Americana de Cultura	OEI	Maio	7-8	Lisboa	Portugal
I Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação		Maio	7-8	Andorra la Vella	Andorra
Jornada de Reflexão de Responsáveis de Cooperação		Maio	8	Andorra la Vella	Andorra
Reunião Preparatória do XII Foro de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano	MINURVI	Maio	18	Santiago	Chile
IX Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis por Infância e Adolescência		Maio	28-29	Pucón	Chile
IX Conferência Ibero-Americana da Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado	CLAD	Maio/Junho	31/1	Pucón	Chile
VII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente		Julho	11-13	São Salvador	El Salvador
VI Conferência Ibero-Americana de Ministros / Máximos Responsáveis pela Segurança Social	OISS	Julho	5-6	Iquique	Chile
IX Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde		Julho	9-10	Iquique	Chile



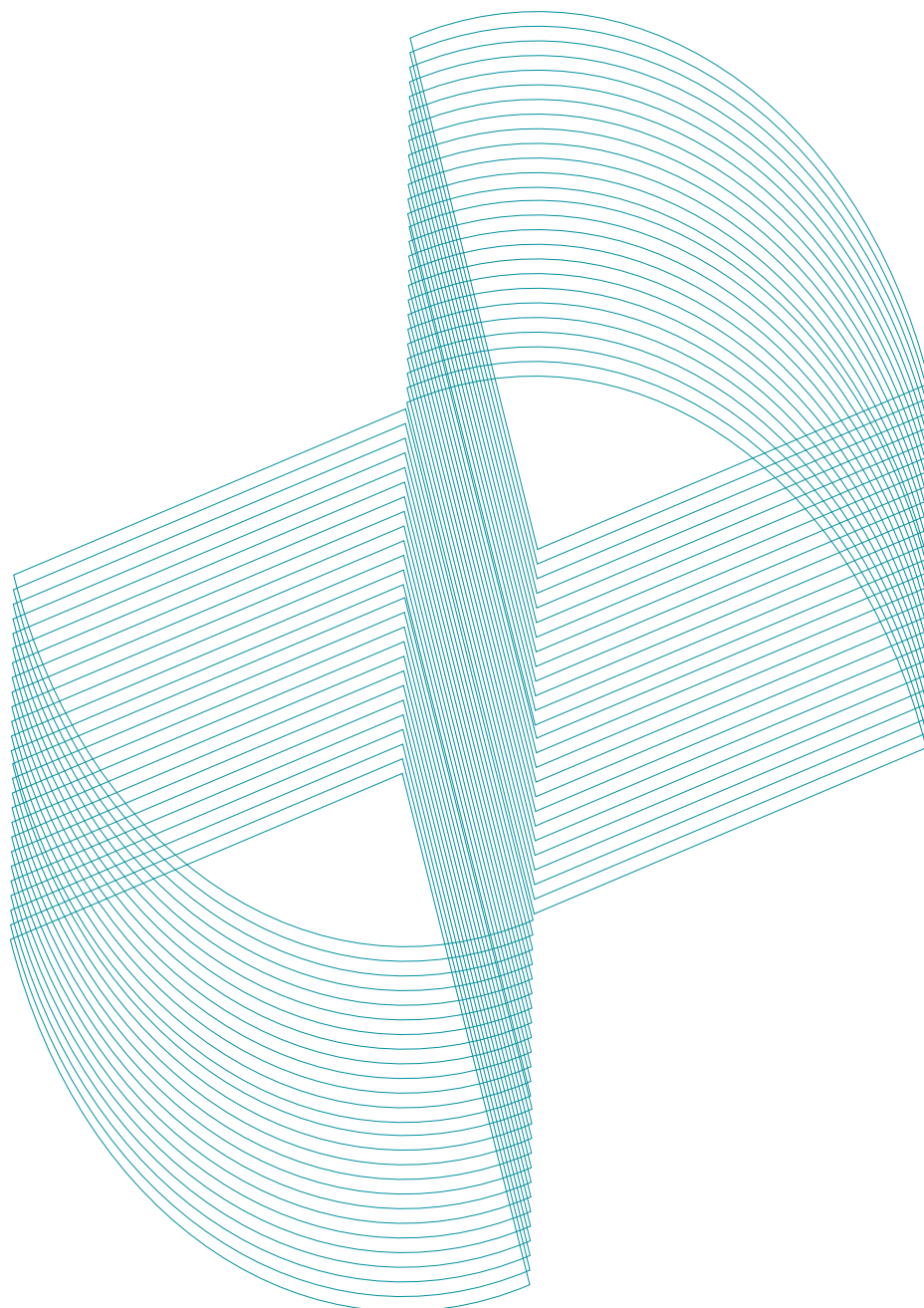
Reunião	Apoio	Mês	Dia	Cidade	País
XVII Conferência Ibero-Americana de Educação	OEI	Julho	23-24	Valparaíso	Chile
X Conferência Ibero-Americana de Cultura	OEI	Julho	26-27	Valparaíso	Chile
XI Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE)		Agosto	30-31	São José	Costa Rica
II Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação		Setembro	6-7	Viña del Mar	Chile
III Foro Parlamentar		Setembro	11-12	Valparaíso	Chile
Almoço de Trabalho de Chanceleres		Setembro	27	Nova Iorque	Estados Unidos
VII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo	MINURVI	Set/Out	29/2	Aquiles	Chile
II Foro Ibero-Americano de Governos Locais		Outubro	4-5	Valparaíso	Chile
XII Fórum Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano		Outubro	8-10	Santiago	Chile
I Conferência Ibero-Americana de Gênero		Outubro	11-12	Santiago	Chile
III Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação		Novembro	5-7	Santiago	Chile
III Encontro Cívico		Novembro	7-8	Santiago	Chile
III Encontro Empresarial		Novembro	7-8	Santiago	Chile
Reunião de Chanceleres		Novembro	8	Santiago	Chile
XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo		Novembro	8-10	Santiago	Chile

Conferência / Cúpula

Ministeriais Setoriais

# Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

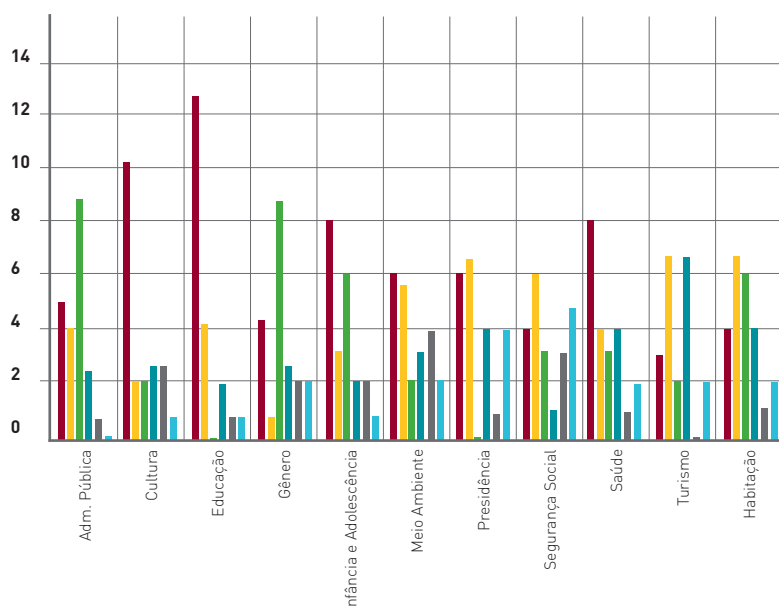
*Participação nas Reuniões Ministeriais*




# Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

## Participação nas Reuniões Ministeriais

Reunião	Ministros	Vice-Ministros	Altos Funcionários	Diplomatas Locales	Outros	Ausências
Adm. Pública	5	4	9	3	1	0
Cultura	11	2	2	3	3	1
Educação	13	5	0	2	1	1
Gênero	5	1	9	3	2	2
Infância e Adolescência	8	3	6	2	2	1
Meio Ambiente	6	5	2	3	4	2
Presidência	6	7	0	4	1	4
Segurança Social	4	6	3	1	3	5
Saúde	8	4	3	4	1	2
Turismo	3	7	2	7	0	2
Habitação	4	7	6	4	1	2



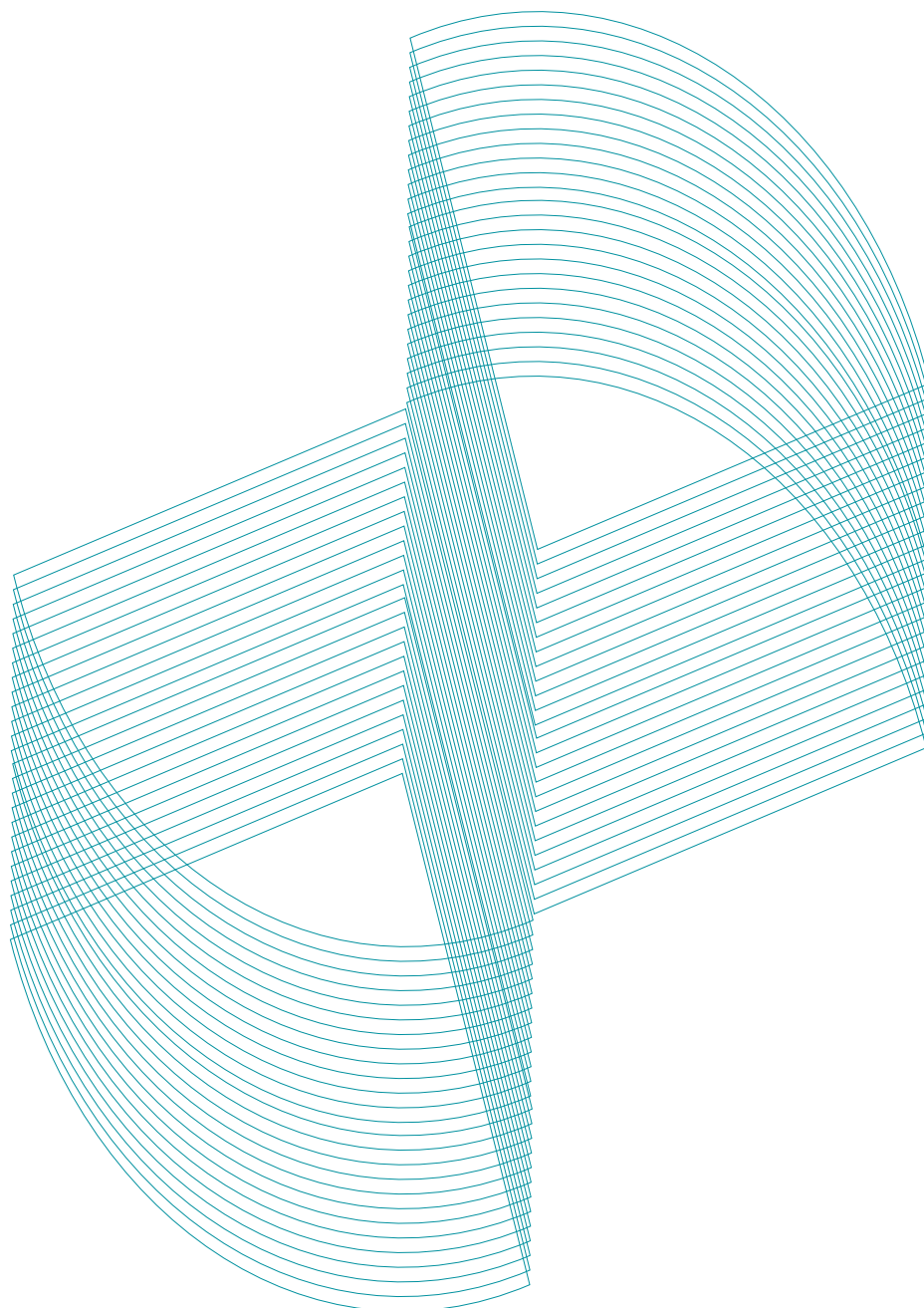
Ministros	Vice-Ministros	Altos Funcionários	Diplomatas Locales	Outros	Ausências



## Notas do quadro de participação nas Reuniões Ministeriais Setoriais

1. A análise baseia-se num delegado por país (o chefe da delegação). Não se levou em conta o número de membros de cada delegação.
2. Somente foram levadas em consideraram as reuniões setoriais de caráter ministerial, não as técnicas nem as preparatórias.
3. O nível de participação é condicionado pelas distinções de composição das pastas ministeriais entre os 22 países. Em decorrência, as reuniões como as de Gênero, Turismo e Infância e Adolescência refletem a baixa participação de Ministros, já que não todos os países que contam com essas pastas.

*Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XVII  
Cúpula Ibero-Americana (2001-2007)*





*Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XVII Cúpula Ibero-Americana (2001-2007)*

	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)	2007 XVII Cúpula (Chile)
<b>Administração pública e reforma do estado</b>		IV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e da Reforma do Estado (Santo Domingo, junho)	V Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e da Reforma do Estado (Santa Cruz de la Sierra, junho)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e da Reforma do Estado (São José, julho)	VII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e da Reforma do Estado (Madri, junho)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e da Reforma do Estado (Montevideu, junho)	IX Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Pucón, maio-junho)
<b>Agricultura</b>		VI Foro Ibero-Americano de Ministros da Agricultura (Santo Domingo, outubro)	VII Foro Ibero-Americano de Ministros da Agricultura (Tarija, setembro)		VIII Foro Ibero-Americano de Ministros da Agricultura (Santiago de Compostela, setembro)		
<b>Ciência e tecnologia</b>	IX Conferência Científica do Programa CYTED (México, dezembro)	VI Foro Ibero-Americano de Ministros da Agricultura (Santo Domingo, outubro)	Reunião de Ministros e Altas Autoridades da Ciência e Tecnologia da Comunidade Ibero-Americana das Nações (Madri, Espanha, setembro)	A Reunião Científica deu origem a uma Declaração de Ministros Ibero-Americanos da Ciência e Tecnologia que foi elevada à Cúpula de São José			
<b>Cultura</b>	V Conferência Ibero-Americana de Cultura (Lima, novembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Cultura (Santo Domingo, outubro)	VII Conferência Ibero-Americana (Cochabamba, outubro)	Reunião de Altos Funcionários de Assuntos Culturais (São José)	VIII Conferência Ibero-Americana de Cultura (Córdoba, junho)	IX Conferência Ibero-Americana de Cultura (Montevideu, julho)	X Conferência Ibero-Americana de Cultura (Valparaíso, julho)
<b>Economia e fazenda</b>	IV Reunião Ibero-Americana de Ministros da Economia e Fazenda (Lima, novembro)		V Reunião Ibero-Americana de Ministros da Economia e Fazenda (Santa Cruz de la Sierra, novembro)				
<b>Educação</b>	XI Conferência Ibero-Americana de Educação (Valência, Espanha, março)	XII Conferência Ibero-Americana de Educação (Santo Domingo, outubro)	XIII Conferência Ibero-Americana de Educação (Tarija, julho)	XIV Conferência Ibero-Americana de Educação (São José, outubro)	XV Conferência Ibero-Americana de Educação (Toledo, julho)	XVI Conferência Ibero-Americana de Educação (Montevideu, julho)	XVII Conferência Ibero-Americana de Educação (Valparaíso, julho)

	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Urugual)	2007 XVII Cúpula (Chile)
<b>Energia</b>						I Reunião Ministerial Ibero-Americana de Energia (Montevideu, setembro)	
<b>Infância e Adolescência</b>	III Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis por Infância e Adolescência (Lima, outubro)	IV Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis por Infância e Adolescência (Santo Domingo, outubro)	V Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (Santa Cruz de la Sierra, setembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (São José, outubro)	VII Conferência Iberoamericana de Ministros, Ministros y Altos Responsables de Infancia y Adolescencia (León, septiembre)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Altos Responsáveis por Infância e Adolescência (Montevideu, outubro)	IX Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis por Infância e Adolescência (Pucón, maio)
<b>Juventude</b>	XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude (Salamanca, Espanha, outubro)			XII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude (México, México, novembro)	Reunião Extraordinária Ibero-Americana de Ministros da Juventude (Badajoz, outubro)	XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude (La Habana, Cuba, outubro)	
<b>Justiça</b>				XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Justiça (Fortaleza, Brasil, maio/junho)		XV Conferência de Ministros da Justiça Ibero-Americanos (Las Palmas, Espanha, setembro)	
<b>Meio Ambiente</b>	I Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (La Toja, Espanha, setembro)	II Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Bávaro, julho)	III Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Oaxaca, México, outubro)	IV Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Cascais, Portugal, outubro)	V Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Colón, Panamá, setembro)	VI Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Buenos Aires, Argentina, setembro)	VII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (São Salvador, El Salvador, junho)
<b>Políticas da Mulher (Gênero)</b>							I Conferência Ibero-Americana de Género (Santiago, outubro)
<b>Presidência e Equivalentes</b>	VI Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Buenos Aires, Argentina, setembro)	VII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Lisboa, Portugal, setembro)	VIII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Panamá, Panamá setembro)		IX Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (México, México, setembro)	X Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Cartagena, Colômbia, outubro)	XI Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (São José, Costa Rica, agosto)

	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguaí)	2007 XVII Cúpula (Chile)
<b>Saúde</b>	III Reunião de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (La Habana, Cuba, outubro)	IV Reunião de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (La Romana, novembro)	IV Conferência Ibero-Americana de Segurança Social (Valência, Espanha, maio)		VII Conferência de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (Granada, setembro)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Saúde (Colônia do Sacramento, outubro)	IX Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde (Iquique, julho)
<b>Segurança social</b>		III Conferência Ibero-Americana de Segurança Social (Valência, Espanha, maio)	IV Conferência Ibero-Americana de Segurança Social (Alicante, Espanha, outubro)		V Conferência Ibero-Americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social (Segóvia, setembro)		VI Conferência Ibero-Americana de Ministros/Máximos Responsáveis pela Segurança Social (Iquique, julho)
<b>Sociedade da informação</b>	I Reunião de Ministros Ibero-Americanos da Sociedade de Informação (Madri, Espanha, setembro)	II Reunião de Ministros Ibero-Americanos da Sociedade de Informação (Sevilha, Espanha, abril)	III Reunião de Ministros Ibero-Americanos da Sociedade de Informação (Alicante, Espanha, novembro)				
<b>Transportes e infra-estruturas</b>					VI Encontro de Ministros dos Transportes e Infra-estruturas da Ibero-América (Málaga, setembro)		
<b>Turismo</b>	I Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Cuzco, setembro)	II Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Bávaro, setembro)	III Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Sta. Cruz de la Sierra, setembro)	IV Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (São José, outubro)	V Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Zamora, setembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Colônia do Sacramento, setembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Baro Aqueles, setembro-outubro)
<b>Habitação e urbanismo</b>	VI Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor da Habitação e Urbanismo (Caracas, Venezuela, outubro)	VII Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor da Habitação e Urbanismo (Santo Domingo, outubro)	VIII Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor da Habitação e Urbanismo (La Paz, novembro)	IX Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor da Habitação e Urbanismo (São José, outubro)	X Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor da Habitação e Urbanismo (Gualupe, setembro)	XI Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor da Habitação e Desenvolvimento Urbano (Montevideu, setembro)	XII Fórum Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e Desenvolvimento Urbano (Montevideu, setembro)

# Reuniões Ministeriais Setoriais em 2007

## Conferência Ibero-Americana

### REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS

Educação	(*) (17)
Justiça	(15)
Juventude	(13)
Habitación e Urbanismo / Desenvolvimento Urbano	(12)
Presidência	(11)
Cultura	(10)
Administração Pública	(9)
Infância e Adolescência	(9)
Saúde	(9)
Agricultura	(8)
Políticas da Mulher/Gênero	(7)
Turismo	(7)
Meio Ambiente	(7)
Transportes e Infra-estruturas	(6)
Segurança Social	(6)
Economia e Fazenda	(5)
Sociedade de Informação	(3)
Ciência e Tecnologia	(3)
Desenvolvimento Social	(1)
Energia	(1)

(\*) Número de reuniões realizadas

**CÚPULA IBERO-AMERICANA  
DE CHEFES DE ESTADO E DE  
GOVERNO**

**REUNIÃO DE MINISTROS DAS  
RELACIONES EXTERIORES**

**REUNIÃO DE  
COORDENADORES NACIONAIS  
E DE RESPONSÁVEIS  
DE COOPERAÇÃO**

**SECRETARIA  
PRO  
TEMPORE**

**SECRETARIA-GERAL  
IBERO-AMERICANA**

### PROGRAMAS CÚPULA

ADAI
BANCOS DE LEITE HUMANO
CYTED
FORMAÇÃO EM POLÍTICAS DA INFÂNCIA
IBERCENA
IBERGOP
IBERMEDIA
IBERPME
PICBIP
PLANO IBERO-AMERICANO DE ALFABETIZAÇÃO
RADI
RILVI
TEIB
<b>INICIATIVAS IBERO-AMERICANAS</b>
CIBIT
FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
IBERMUSEUS
IMPLEMENTAÇÃO DO CONVÊNIO
IBERO-AMERICANO DE SEGURANÇA SOCIAL
INICIATIVA DA ÁGUA
INICIATIVA PABLO NERUDA
<b>PROJETOS ADSCRITOS</b>
CIDEU
IBEREMPRENDE
IBERQUALITAS
UNIÃO IBERO-AMERICANA DE MUNICIPALISTAS
VIRTUAL EDUCA